CEMAP_AMANHÃ - 15_12_1977_N_0

FUNDO CEMAP
DK P3/25

"Salvaguardas": e quem defende o cidadão?

MODELO ECONÔMICO RUMO AO FUNDO DO POÇO

ano 1 n.0
amanhã
15/12/1977 UM SEMANÁRIO DE HOJE Cr$ 10,00

CEMAP - HEMEROTECA
CLASS.

O VOTO CONTRA O PELEGO

Do Livro São Paulo/1975 (Juca Martin)

UM NOVO JORNAL

AMANHÃ nasce em meio a uma crise política e institucional, própria do regime autoritário, mas suficientemente profunda para lançar o conjunto das forças de oposição diante da necessidade de definir, de forma clara, os seus próprios rumos. Hoje, já não basta opor-se às arbitrariedades. É indispensável oferecer alternativas políticas para superá-las e para a construção de uma verdadeira sociedade democrática.

Por isso, AMANHÃ pretende contribuir para que as oposições encontrem o denominador comum capaz de facilitar a construção de uma alternativa de poder democrático, sustentado pela livre organização e expressão das classes trabalhadoras. Constituem elas, hoje, na cidade e no campo, os grandes agentes políticos silenciados por quase 14 anos de autoritarismo e cuja ausência faz soarem falsas todas as tentativas de "abertura" ou de "diálogo". Denunciar esta ausência e, ao mesmo tempo, detectar os esforços pelos quais estes agentes procuram se expressar autônoma e organizadamente, constituem tarefas principais de uma publicação como a nossa.

Reconhecendo os diferentes estágios de luta em que se encontram as várias oposições brasileiras, AMANHÃ entende que esta sua diferenciação é uma das características mais ricas do momento atual. Trabalhadores, estudantes, intelectuais, a oposição parlamentar e a Igreja todos possuem propostas próprias, diferenciadas, que desejam fazer chegar aos mais amplos setores da sociedade, mas não conseguem pelo controle autoritário dos sindicatos, partidos e associações. Ouvi-las e, tanto quanto possível, veiculá-las criticamente, favorecendo a superação do atual estágio de isolamento entre aqueles que buscam um mesmo fim - a democracia de todos os trabalhadores - se incluem entre os nossos propósitos. Um debate em que as diferentes posições se reconheçam, é a condição básica para a eficácia política na construção de uma frente democrática.

Esclarecemos também que as forças sociais em processo de organização que se identificam com o jornal, poderão intervir em sua elaboração e direção política, decidindo sobre os temas de debate , a linha editorial e o tratamento jornalístico. Para garantir esses princípios a direção e a edição de AMANHÃ se farão de forma colegiada, buscando o consenso que unifica e consolida, e abrigando divergências e polêmicas que possam construir alternativas de oposição ligadas aos interesses populares.

Expressar a luta cotidiana por liberdades democráticas, ser um veículo de debate entre as diversas forças que hoje se articulam, e subsidiar seu próprio avanço político-eis a proposta que AMANHÃ quer praticar.

Da censura ao erotismo político

E MAIS: CHICO DE OLIVEIRA, DAVID ARRIGUCCI, FERNANDO H. CARDOSO, GILBERTO VASCONCELOS, JEAN-CLAUDE BERNARDET, JOSÉ MIGUEL WISNIK, LAURO CÉSAR MUNIZ, NEWTON RODRIGUES, WALNICE GALVÃO.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

SALADÃO

15 de dezembro de 1977

Cobaias da violência

"No dia 1º de abril de 1976, eu juntamente com José Adeildo Ramos e José Calixtrato fomos levados para a Aeronáutica, onde tivemos duas sessões de torturas. Levamos choque elétrico , apanhamos com tiras de pneus, eu fui colocado no pau-de-arara e nos introduziram objetos. Quando saímos de lá ficamos no isolamento e fomos assistidos por médicos da Aeronáutica, os mesmos que dirigiam as torturas. Nós os reconhecemos pelas vozes, pois quando éramos torturados tínhamos um capuz na cabeça."

"Só 12 dias depois é que foi aberto inquérito para apurar a responsabilidade e os exames foram feitos quando não tínhamos mais nenhuma marca. A Aeronáutica negou tudo isso, mas quando nós estávamos sendo torturados, eles diziam que nós tínhamos sorte, pois estávamos servindo de cobaias para instrução de uma nova turma de torturadores".

Foi o que contou José Emilson Ribeiro, um dos 15 presos políticos que participaram da última greve de fome no presídio de Itamaracá, Recife, ao Jornal do Brasil. Seus torturadores, de resto, não queriam arrancar-lhe nenhuma confissão - ele já estava preso e condenado a 19 anos e 4 meses de reclusão, acusado por atividades subversivas. Apenas foi castigado, junto com seus companheiros, porque eles protestavam contra o espancamentos de presos comuns da penitenciária.

"A implantação das indústrias multinacionais no Brasil, bem como seu desenvolvimento, sempre foram acompanhados de toda sorte de incentivos e financiamentos, em detrimento da indústria nacional. Não nos cabe, por evidente , tomar as dores desta última, que do ponto de vista do trabalhador é tão exploradora como a multinacional." (trecho do manifesto da assembléia do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de Santo André, Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra-SP)

"COMPROMISSO DE GUERRA"

Os professores do ensino secundário e primário da rede privada de São Paulo, depois de muitos anos de silêncio forçado, estão participando da luta por ajuste salarial e pela reposição das perdas de 73 e 74. A atual diretoria do SINPRO - Sindicato da categoria - está mais interessada em buscar um rápido acordo com o patronato, temendo que o dissídio só traga "confusão", segundo os dois grupos de oposição sindical: o MUP (Movimento pela União dos Professores) e o MOAP (Movimento de Oposição Aberta dos Professores). Por isso, esses dois grpos, juntos, encabeçaram a mobilização das bases da cateoria, pressionando a direção sindical, e obrigando-a a convocar uma Assembléia para o dia 16 de dezembro. A oposição está reivindicando, entre outras coisas, um reajustamento salarial acima do custo de vida - 55% em 78, mais 15% correspondentes à recuperação da perda de 77.

Mas essa vitória parcial, obtida com a convocação da Assembléia, não é de toda a categoria. Os professores da rede pública que, por restrição legal, não podem se sindicalizar, não conseguiram o mesmo na APEOESP - Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo -, cuja diretoria conseguiu frustrar a realização de uma Assembléia, para o dia 17 deste mês, onde seriam discutidos o reajuste salarial, questões relativas à hora/atividade, aos estatutos, e à reclassificação dos funcionários públicos. Alegou-se, por exemplo, ausência de tempo hábil para publicação do edital de convocação, e a diretoria da entidade chegou a propor, como alternativa, que os profissionais levassem seus problemas à CEI dos funcionários públicos prevista para março. Isso depois de uma reunião no dia 3 de dezembro, no Colégio Equipe, em que Rubens Bernardo, presidente da APEOESP, disse solenemente a 50 professores: "Estou aqui para firmamos um acordo de paz, para um compromisso de guerra". E prometeu inclusive reunir, para a Assembleia que acabou não sendo realizada, um número de professores que fosse capaz de lotar" o estádio da Portuguesa".

1 AFINAL, O QUE EFETIVAMENTE CONTA?

No discurso de 1º de dezembro, Geisel afirmou que seu governo promoveu um clima salutar "ao garantir maior liberdade de expressão ao pensamento político, **através da imprensa que efetivamente conta para a opinião pública do país,** toda ela, aos poucos, liberada da censura". Com isso, descartou o prejuízo que a censura prévia representa para vários órgãos de imprensa e minimizou o papel da autocensura no tolhimento à liberdade de informação.

No entanto, com excessão de "O Estado de São Paulo" e da revista "Veja", publicações de caráter nacional e de razoável penetração, que viram a censura prévia abandonar suas páginas e redações, respectivamente, em 75 e 76, a Imprensa ainda continua enfrentando caminhos tortuosos em sua trajetória rumo à informação.

É o caso, por exemplo, do cronista Lourenço Diaféria, da "Folha de S. Paulo", que no dia 1º de setembro publicou matéria considerada ofensiva pelo então ministro do Exército, general Silvio Frota. Dez dias depois, o cronista era preso por agentes militares, para responder a interrogatório.

Sete dias mais tarde, o diretor-presidente da empresa onde o jornalista trabalha, Octávio Frias de Oliveira, retirou seu nome do expediente, suspendeu o editorial do jornal, suprimiu a coluna "Jornal dos jornais" (publicada aos domingos pelo diretor da sucursal do Rio de Janeiro), substituiu o seu redator-chefe. Em setembro, ainda, o semanário "Movimento", que convive com a censura prévia desde o seu primeiro número, teve a terceira edição apreendida pela Polícia Federal.

Em 17 de outubro, o diretor do "Jornal da Tarde", Rui Mesquita, foi denunciado num processo pelo ex-procurador-geral da Justiça do Estado por crime de calúnia e difamação, por causa de um editorial.

No início de novembro, o senador Franco Montoro e o cardeal Evaristo Arns impetraram mandado de segurança contra o presidente da República, o ministro da Justiça, e o diretor-geral do Departamento de Polícia Federal. Motivo: a censura ao jornal, que culminou, na ocasião, com o veto a dois discursos do líder do MDB no Senado.

Na abertura da "Brasil Export", uma feira internacional montada em São Paulo, na primeira quinzena de novembro, os repórteres foram confinados a um "chiqueirinho", de onde não podiam sair nem para beber água. Eles tinham ido cobrir a visita do presidente Geisel, que fora inaugurar a exposição.

Apesar destes fatos, e por mais que se somem os protestos contra a censura, o país continua se preparando para mantê-la: no último concurso, em agosto, cinco mil candidatos apresentaram-se, para ocupar 58 vagas de censores. A vocação está virando uma instituição nacional.

Razão da idade

Eu não sabia porque, mas sempre me irritou a mania (imitada do Time) que Veja e outras publicações menos conspícuas tem de indicar as características dos entrevistados: Fulano de Tal (53 anos, desquitado).

Essa onipresente indicação da idade, me parece, responde à obsessão capitalista de pensar o corpo como investimento produtivo no tempo (tempo é dinheiro). Assim, a contagem da idade funciona como uma espécie de escala de maturação de investimento: a infância é um prazo de carência; a idade adulta, o período de máxima rentabilidade e a velhice, inevitável obsolescência. A indicação da idade é , portanto, fundamental para se avaliar a taxa de aproveitamento que o titular do corpo soube fazer do seu tempo (de corpo).

Imaginemos uma notícia sobre uma tese de doutoramento - para ficarmos na amenidade dos meios universitários. É inteiramente diferente escrever-se: "A tese, defendida por Fulano de Tal (28 anos) versa sobre..." e: "A tese, defendida por Sicrano da Silva (63 anos) versa...".

No primeiro caso, a conotação de um jovem e promissor professor universitário. No segundo, um intelectual tardio e desleixado, que em plena velhice se mete a fazer um doutoramento. As demais indicações que em geral acompanham a idade (estado civil, local de nascimento, profissão etc.) acrescentam outras conotações, já tendentes a localizar elementos de status na personagem. Fulano de Tal (28 anos, casado): um jovem casal dinâmico, provavelmente ela também professora universitária, filhos pequenos e lindos etc. Sicrano da Silva (63 anos, solteiro): um esquisitão, possivelmente bicha enrustida. O local de nascimento também tem importância nessa maquilagem. Querem ver? Fulano de Tal (carioca, 28 anos, casado). Sicrano da Silva (63 anos, solteiro, piauiense).

Em algumas revistas americanas, o esquema chega ao obsceno da clareza total: indica-se somente um número e uma cifra em milhões ou bilhões de dólares, correlacionando a idade do milionário e o capital acumulado.

Um jovem repórter japonês entrevistava Ho Chi Minh, em plena terceira fase da Guerra do Vietnã. Munido de "modernas técnicas jornalísticas" provavelmente pretendia fazer um "perfil" do entrevistado. O diálogo foi aproximadamente assim:

Rep - Quantos anos o Sr. tem?

Ho (sorrindo) - Sou muito velho.

Rep - É verdade que o senhor se casou na juventude e tem uma filha?

Ho (sorrindo) - Sou muito velho, e um velho como eu gosta de guardar alguns segredos... (FM)

Operação Natal

A favela de Santa Marta num morro do Botafogo recebeu adiantado no dia 4 de dezembro, o presente de natal desse ano. Seus moradores foram acordados pelo matraquear das metralhadoras e pelo ronco de um possante helicoptero da polícia especial do Rio de Janeiro. Ela é chamada pelos favelados e populares cariocas de SWAT, em alusão aos enlatados da TV, por causa das boinas azuis, uniforme de campanha e metralhadoras. A quem eles procuravam? Malandros, traficantes (muito em moda no Regine's), e bicheiros. Mas os malandros sabem que a polícia vai aparecer e quando aparece... malandro desaparece. Na verdade quem acabou sendo surpreendido pela cana foram vários trabalhadores que iam pro batente. Um era metalúrgico, outro desenhista de uma empresa de propaganda, um outro trabalhava numa fábrica de gesso. Mostraram carteira profissional assinada, porque Identidade até vagabundo tem. Mas a polícia precisa mostrar serviço e leva-os assim mesmo, no "coração de mãe", o camburão. Alguém se atreve e pergunta pra um policial:

- O que foi heim, se guarda?

- Não foi. É. É a operação Papai Noel. (Antônio Pedro)

Assembléia do custo de vida

"Nós, abaixo assinados, moradores da Grande São Paulo, resolvemos tomar juntos uma atitude diante das dificuldades porque estamos passando... Isso porque os salários e os pequenos rendimentos do povo sobem pela escada, enquanto o custo de vida está subindo pelo elevador."

Essa é uma das partes do abaixo-assinado que começou a circular domingo passado em São Paulo, principalmente na periferia, com 300 mil cópias. O documento, prepardo após amplas consultas, pela coordenação do movimento do custo de vida, dá início a uma campanha que terá como ponto alto uma assembléia popular sobre o tema, em janeiro. A coordenação, que promove reuniões e palestras nos bairros, conta com representantes de comunidades de base, clubes de mães, dois diretórios de bairro do MDB, núcleos de trabalhadores ligados ao movimento sindical, pastorais da Igreja, Frente Nacional do Trabalho, DCEs da USP e da PUC, etc. A assembléia deverá discutir o encaminhamento das principais exigências do abaixo-assinado: congelamento dos preços dos generos de primeira necessidade, aumento dos salários acima do custo de vida e abono salarial imediato e sem desconto para todos os trabalhadores.

2 Soares caiu. Será?

De repente, depois de julho de 76, Portugal desapareceu dos noticiários. Agora, subitamente, quando já se esperava a queda de Mário Soares, em 7 de novembro, volta às manchetes. Durante estes 18 meses de governo socialista, a situação econômica e social se deteriorara rapidamente, mas não merecera maiores registros. O país, que em 74 tinha reservas para se manter durante 5 anos, está à beira de bancarrota, com uma dívida de três bilhões de dólares, na dependência de um empréstimo de 750 milhões de dólares do FMI. É certo que se o governo de Mário Soares não caiu de podre, é porque a população reagiu, negando-lhe confiança.

O mesmo silêncio com que a grande imprensa brindara quase 50 anos de fascismo português, se instaurara no exato momento em que Portugal estava novamente a salvo do avanço comunista, que o ameaçava a partir da Revolução dos Cravos de 25 de abril de 1974. A violenta pinochetada que restaurou a ordem capitalista no Chile em setembro de 73, poderia levar o Movimento das Forças Armadas português a se guinar para a esquerda. Graças a "Deus" porém, foi salvo pelo governo social-democrata, que afastou o "perigo vermelho" apesar de convulsionar o país.

O silêncio não registrava a crise atual, enquanto toda uma "orquestração internacional" da imprensa se levantara após o 25 de março, quando os partidos de esquerda foram legalizados (O PC e seu aliado MDP conseguia 12/ dos votos). Combateu-se a reforma agrária, a libertação das colônias, a saída da OTAN, e quase todas as medidas do MFA, temendo inclusive as eleições que este convocou.

Temia-se com certa razão. O PS, que desde o início fora escolhido para salvar a orientação direitista do país, era tão minúsculo em 74, que precisava pagar populares de outros partidos para fazer sua propaganda política. Conseguiu subir graças ao desgaste muitas vezes artificial imposto ao governo Vasco Gonçalves, sucessor do direitista general Spinola, que caiu naturalmente após 5 meses. O PS, inicialmente aliado de Vasco, passou lentamente à oposição, promovendo distúrbios nas regiões rurais, aliado à igreja católica e muitas vezes auxiliado pela ultra-esquerda.

Subindo ao poder, Mario Soares foi aclamado como o salvador da pátria. Imagem que tem até hoje para o "Estado de São Paulo", qualquer solução política para Portugal deve passar pelo PS. Talvez um governo de "salvação nacional" de técnicos apartidários, com o apoio de Mario Soares. Este, cuja queda fora anunciada dia 9, dois dias após ja "impõe condições para ficar no Governo", recusando acordo com o PC, a quem culpa pelo seu fracasso. É significativo que também na França, o PS condene o PC pelo rompimento da Unidade de Esquerda, quando antes desta conseguira apenas 5% dos votos, e,já com seus aliados, quase ameaçou a vitória centrista de Giscard.

Mas a grande preocupação da imprensa deve ser o FMI, cujas negociações "precisam ser retomadas em breve". Senão, como entender, o atual silêncio a respeito do Perú, que no governo Velasco Alvarado também merecia tantas referências? Após a sua queda, em 75, os jornais calam diante de um país, em crise econômica permanente, como atesta a atual greve dos mineiros. Talvez ajude saber que Bermudez, o sucessor de Velasco, imediatamente promoveu um acordo com o FMI baseado em violento arrocho salarial. Mera coincidência?

Wolfgang Leo Maar

3 Imprensa: As Alternativas

Há quem diga que são 72, espalhados por todo o país, mas não se sabe ao certo. De qualquer forma desde que começaram a reaparecer, no período pós 64, com a **Folha da Semana** (Rio, 1965), seguida pelo **Amanhã** (SP, 1967), **Fato Novo** (Rio, 1971), **Opinião** (Rio, 1972), e **Movimento** (SP, 1975) os jornais editados por grupos independentes, de idéias democráticas e linguagem solta conhecidos como nanicos, imprensa alternativa ou jornalismo de oposição multiplicaram-se como coelhos.

Poucos Estados hoje deixam de ter seu veículo de expressão, livre do esquema empresarial da grande imprensa e dos limites que ela impõe. É o caso do Piauí (**Chapada do Corisco**, Terezina), Sergipe (**Desacato**, Aracaju), Alagoas (**Opção**, **Maceió**), Acre (**Varadouro**, Rio Branco), Bahia, (**Coisa Nostra**, Salvador), Paraná (**Documento Zero**, Curitiba e **A Voz do Oeste**, Toledo) Brasília (**Cidade Livre**), Mato Grosso (**Jornal da Terra**, Serra Dourado), Espírito Santo (**Posição**, Vitória), Maranhão (**A Ilha**, São Luís). Em Pernambuco há o **Papa Figo**, do Recife, **A Gaveta**, de Olinda, e **Bom Tempo**, do Cano. Em Minas e **DeFato** e **O Vagão**, de Belo Horizonte, **Expansão** e **Jornal da Hora**, de Uberaba, **Mutirão, de Patos, Uai**, de Alfenas, **PacaTatuCutia-Não**, de São Gotardo. No Rio Grande do Sul, **Coojornal e Peléia**, em Porto Algre, e **Informação** em Ijuí. Em Santa Catarina, **Vento Sul** de Florianópolis, **Dois** de Blumenau e **Construção** de Tubarão. No Rio de Janeiro há o veterano **Pasquim**, os recentes **Beijo e Repórter, o Abertura Cultural, Pingente** e **Bagaço**, e o **Setedias** em Niterói.

Em São Paulo, alem dos nascidos na capital, como o **Movimento, Versus, Em Tempo**, a imprensa alternativa espalhou-se por várias cidades do interior. Em São Bernardo do Campo há o **ABCD**; em São Caetano **A Cidade**, em Santos **Raízes**, em São Çarlos **Nossa Gente**, em Assis **Assim**, em Bauru **Alternativa**, em Campinas **Clarim**, em Riberião Preto **O Domingão**, em Águas de Lindóia o **Hidrófilo**, em Ubatuba o **Maraberto** e em Araçatuba o **Phoeniz**.

O movimento de tantos grupos criando seus próprios jornais deu oportunidade ao surgimento de novos esquemas empresariais, como a cooperativa de jornalistas de Porto Alegre, que já há três anos edita o **Coojornal**, ao surgimento da imprensa feminista, com o **Brasil Mulher** e **Nós Mulheres**, ambos de São Paulo, 1975, as experiências de humor e quadrinhos, como o **Ovelha Negra**, já desaparecido, e o recente **Pacotão de Natal** e **Ano Novo**, sem pretensões de continuidade. Deu início a tentativas de distribuição também alternativa, como é o caso da equipe do **DeFato**, de Belo Horizonte, que distribui os jornais de vários outros Estados. Reuniu em palestras e debates representantes de vários jornais, em diferentes cidades do país. Possibilitou o aparecimento de vários jornais especializados, como o **Jornal de Música**, (RJ), **Ordem do Universo** (ecologia e alimentação, Brasília, atualmente fora de circulação), **O Jornal do Poeta** (SP) e uma tentativa, ainda em gestão, de um jornal de homossexuais (SP).

Surgiram também as grandes lutas contra a censura, oficial como no caso de **Movimento**, que há anos resiste, semanalmente, a ter vetadas por Brasília mais de 50% de suas matérias; e não oficial, como no caso do **Boca do Inferno** (Salvador), que viu sua redação por duas vezes destruída por homens armados com metralhadoras, deixando de existir após a segunda invasão.

Como jornalismo de oposição, podem ser apontadas ainda os numerosos órgãos dos DCEs livres de várias universidades do país, os jornais de sindicato, como o **Unidade**, dos jornalistas de São Paulo, da Igreja, de diretórios do MDB e de associações tipo OAB e Centro Brasileiro de Estudos de Saúde, que edita a revista **Saúde em Debate**. (IC).

QUEM SOMOS

Airton Soares, Alberto Goldman, Alceu Nader, Alcy, Alter Raschkovsky, Aluizio J.R. Monteiro Jr., Ana M. R. Estevão, Ana Yara Lopes, André Bocatto, André de Toral, Antonio A. Arantes Neto, Antonio Carlos D'Avilla, Antonio C. M. Castro, Antonio Carlos Mesquita, Antonio Mendes Jr., Antonio Pedro, Ayoub H. Ayoub, Benício Medeiros, Bolivar Lamounier, Caio Graco S. Prado, Carla Migliani, Carlos Alberto Ricardo, Carlos Clémen, Carlos Dória, Carlos Matuck, Carlos R. Brandão, Carlos Vogt, Carlos Zambon, Carmute de Sousa, Chico Caruso, Chico de Oliveira, Christiane G.A. Costa, Claudio Pucci, Clóvis B. Azevedo, Cynthia, Sarti, Denise L. Garcia, Edgard Luiz de Barros, Eduardo Macedo Mussi, Eduardo Storch, Eliana N. C. Malta, Elizabeth Balbachevsky, Elter Maciel, Eugênio Alex Wissembach, Fábio Munhoz, Fernanda Colonnese, Fernando Henrique Cardoso, Fernando L. G. Guimarães, Fernando Mesquita, Fernando Moraes, Francisco A. P. Lellis, Francisco Benjamin Sousa Neto, Francisco Foot Hartmann, Francisco P. Cipolla, Francisco Weffort, Gabriel Romeiro, Gilberto Vasconcellos, Gustavo A.G. Oliveira, Helena Fany P. Ricardo, Hélio C. Ziskind, Hélio M. Valadão, Heloisa H. Silva de Luiz, Henrique Ostronoff, Hermínia Maricatto, Hugo C. Rocha, Humberto Lago, Icaro A. da Cunha, Ivone Daré Rabello, Jazilda Campos, Jether P. Ramalho, João Bittar, João M.C. Alves, João M.C. Mello, João M.R. Alves, João P. Capobianco, João Vitor Theophilo, John M. Sousa, José Alvaro Moisés, José Antonio Carlos, José Carlos Estevão, José Carlos S. Alves, José Geraldo Couto, José Miguel Wisnick, José Octávio Alvarenga, José Paulo S. Telles, José Ricardo Ramalho, José Roberto Lima, Jorge S. Caldeira Neto, Jota, Juan Carlos Chacon Frioni, Juca Kfouri, Laís Tapajós, Laura Greenhalgh, Lea Langone, Leonel Itaussu, Lúcia V. Rebouças, Lúcio Kowarick, Luis Belonni, Luis César A. Costa, Luis Eduardo Greenhalgh, Luis F.S. Carvalho Fº, Luiz Augusto Ramalho, Luiz Carlos de Menezes, Luiz Roncari, Lyrian C. Faria, Marcia de Paula Leite, Márcia Ramos de Souza, Marcelo Girard, Maria Cecília Montoro, Maria Cláudia P. Ieique, Maria Inês Castilho, Maria Lúcia Vilante, Maria Regina F. Horte, Mariza Correa, Marelene Bilenky, Marelene Rodrigues, Matinas Suzuki, Mauro W.B. Almeida, Maurício Piza, Miriam Botassi, Modesto Carone, Modeston Florenzano, Mônica Scerino, Mustafaré Yazbek, Naír Benedicto, Neide Sterci, Og Dória, Paulo Ayres, Paulo C.S. Sampaio, Paulo Henrique Cardoso, Paulo Roberto de Oliveira, Paulo Vieira, Pedro Della Paschoa Jr., Pedro Ivo R. Bastos, Plínio A.S. Dentsien, Purificación B. Gomes, Rafael B. Marko, Raimundo Campos, Renata Villas Boas, Renato A. Maia Neto, Ricardo Carvalho, Ricardo Giraldez, Ricardo Maranhão, Ricardo Quintiliano, Roberto Schwarz, Robson Marinho, Rosa M. C. Oliveira, Rubem Cesar Fernandes, Rubens Matuck, Rui de Britto Affonso, Sandra M. Cunha, Sérgio A. Lessa Fº, Sérgio L. Rodrigues, Sérgio Sister, Silvia Campolim, Silvio Kaloustian, Sizenando Siqueira, Sonia Wright, Suzana Camargo Kfoury, Tânia C. Craveiro, Tomás Eicher, Vanderley Macris, Vera Lúcia S. Racy, Vera Lúcia Tokairin, Vera Masagão Ribeiro, Vernon Richard Kohl, Vicente Alessi Fº, Victor Leonardi, Wanda Caldeira Brandt, Wanderley J. Borges, Wilson Racy Jr., Wolfgang Leo Maar.

EXPEDIENTE

Redação: Alter Rachkovsky, Antonio Carlos M. Castro, Antonio Pedro, Ayoub H. Ayoub, Carlos Alberto Ricardo, Chico de Oliveira, Claudio Pucci Eliana N.C. Malta, Elizabeth Balbachevsky, Fernando Mesquita, Francisco Cipolla, Helena Fany P. Ricardo, Helio Ziskind, Heloisa H.S. de Luiz, Humberto Lago, José Alvaro Moisés , José Geraldo Couto, Juan Carlos C. Frioni, Juca Kfouri, Laís Tapajós, Lirian C. Faria, Lúcia Vm Rebouças, Luiz Roncari, Mauro W.B. Almeida, Miriam Botassin Modesto Carone, Mustafá Yazbek, Paulo Vieira, Rafael B. Marko, Renato A. Maia Neto, Ricardo Carvalho, Ricardo Maranhão, Rosa M.C. Oliveira, Sandra M. Cunha, Sérgio Sister, Silvia Campolim, Silvio Kaloustian, Suzana Camargo, Vicente Alessi Fº, Wanderley Borges, Wolfang Leo Maar.

Arte: André Bocatto, André Toral, Carlos Clemen, Carlos Matuck, Chico Caruso, Jota, Laerte, Marcelo Girard, Marcon, Ricardo Quintiliano, Rubens Matuck, Sizenando,

Fotografia: Antonio D'Avilla, Eduardo Storch, João Bittar, Naír Benedicto, Ricardo Giraldez, Vera Simonetti.

Administração: Antonio Mendes Jr., Carlos Dória, Edgard Luiz de Barros, Icaro A. Cunha, John M. Sousa.

Jornalista Responsável: José Alvaro Moisés.

Colaboraram Neste Número: Carlos Vogt, Cida, Christiane G. Araujo Costa, Fernando Henrique Cardoso, Gabriel Romeiro, Irede A. Cardoso, Lea Langone, Luiz Carlos Meneses, Luis Francisco S. Carvalho Fº, Márcia de Paula Leite, Marlene Rodrigues, Newton Rodrigues, Paulo Sérgio Markun, Raimundo Bandeira, Renata Villas Boas, Tânia Celidônio Craveiro, Tônia.

Amanhã é publicado pela **Editora Brasil Mundo Ltda.** Rua Arthur Azevedo, 877, SP. Composição e impressão nas oficinas da PAT - Publicações e Assistência Técnica Ltda., Rua Dr. Virgílio de Carvalho Pinto, 412, Fone: 853-7461, SP.

Redação e Administração: Rua Caetés, 84 - Perdizes, SP. fone 262-5956

Os operários participam cada vez mais, com a presença da oposição. Mas não é fácil ganhar dos pelegos.

CATIMBA NA ELEIÇÃO

Movimentos Sociais

Humberto Lago, Lúcia Rebouças e Ricardo Maranhão

Demissões de companheiros, ameaças de prisão, carros de polícia na porta, impugnação de nomes, subornos, fraudes e intermináveis dificuldades legais: èsse é o panorama que se apresenta para o crescente número de candidatos de oposição nos sindicatos brasileiros, depois de um longo período de chapas únicas.

"Eleição è catimba mesmo", diz um bancário descontente na porta do seu sindicato, em São Paulo. "A culpa é da máquina". Quem controla a "máquina" é o govêrno, através do Ministério do Trabalho, e os pelegos a serviço da estrutura sindical, protegidos pela repressão policial e por complicados regulamentos. Seja nos sindicatos de metalúrgicos de Osasco, do Rio e de São Paulo, seja nos órgãos de classe dos trabalhadores do Papel e Papelão ou dos Alfaiates da capital paulista, a situação é semelhante: "Quem tem a máquina, não vai usar contra si."

Demissões e burocracia

Os sistemas de informações das empresas, das Delegacias Regionais do Trabalho (DRTs) e da polícia são muito ativos. Em Osasco, antes do registro da chapa de oposição, em dezembro, cinco dos "candidatos a candidatos" tiveram que ser retirados da lista preparada pelos trabalhadores, pois foram demitidos de suas empresas. Mais grave ainda foi o caso Sindicato dos Alfaiates de São Paulo em outubro, em que dois candidatos perderam seus empregos depois de terem registrado seus nomes na DRT, o que é proibido mesmo pela atual legislação.

Para registrar uma chapa, depois das naturais dificuldades de conseguir nomes e chegar a um consenso quanto ao programa, os oposicionistas têm toda uma batalha. Normalmente não conseguem se reunir na sede do sindicato, e as reuniões feitas nas casas dos operários costumam ser vigiadas pela polícia, como as dos alfaiates paulistanos, em outubro. Segundo o advogado Marco Aurélio Ribeiro, "uma moça que fazia parte da chapa de oposição foi barrada por policiais ao sair do emprego, e aconselhada a renunciar; não o fazendo, foi despedida".

No momento em que chegam ao balcão das DRTs, os oposicionistas começam outra batalha, a das exigências legais, ainda mais difícil de contornar depois que o ministro Arnaldo Prieto baixou a portaria 3.437, de 20 de dezembro de 1974. Na época corriam boatos de que Geisel promoveria uma "distensão sindical", o que exigia uma atualização dos regulamentos eleitorais. Segundo declarou na ocasião o presidente do Sindicato dos Securitários da Guanabara, Álvaro Faria dos Santos, a portaria não traz maiores "atualizações", a não ser porque, reintroduz a exigência do atestado de bons antecedentes do DOPS para os candidatos.

Na verdade, além dessa exigência, que elimina muitos dos militantes sindicais mais conhecidos e antigos, a portaria requer muito mais dos interessados: considera inelegíveis também os que tenham sido destituídos anteriormente de cargo de representação sindical, quer dizer, estabelece uma espécie de "cassação".

O conjunto de normas e documentos exigidos cria situações como a que conta Marco Aurélio Ribeiro: nas primeiras reuniões da oposição do Sindicato do Papel e Papelão, só três dos indicados para compor a chapa resistiram às pressões das empresas e reuniram as condições legais.

Impugnações

No Rio de Janeiro, desde 1973 as chapas de oposição dos metalúrgicos lutam muito para tomar posse. Em 1973, a chapa liderada por Pierre Coppieters, depois de vencer sem fazer maioria absoluta, não pode participar da segunda votação regulamentar; a DRT interveio no sindicato. Em 1975, nova chapa com a participação de Coppieters: seu nome foi impugnado pela DRT antes do pleito, mas a chapa de oposição no seu conjunto venceu e tomou posse porque o líder fez uma composição com alguns pelegos, como Valdir de Barros e Adalberto de Oliveira, visando exatamente evitar a intervenção. Em 1977, a oposição derrotou novamente os pelegos, liderada por Valdir Pimentel, mas não sabe se vai tomar posse: seis de seus nomes estão ameaçados de impuganação, "por determinação das autoridades competentes".

O problema é que nem todos os candidatos de oposição sofrem ameaças de impugnação; quem sofre são os que têm uma posição crítica mais geral e mais atuante. Como diz o líder metalúrgico Waldemar Rossi, duas vêzes candidato à presidência do sindicato de São Paulo, "não sou da oposição a esta ou aquela diretoria, mas de oposição à estrutura sindical como um todo".

Corrupção

Quinze dias antes do pleito de outubro no Sindicato dos Alfaiates, a direção inaugurou uma colônia de férias na praia, com chopada e churrasco. Os membros da oposição e seus aliados foram barrados e revistados na entrada pela polícia, e ameaçados de prisão se fizessem qualquer propaganda.

Mas a corrupção cresce muito na hora da votação, que dura vários dias e conta não apenas com a urna do sindicato, mas com as urnas volantes levadas em carros aos locais de maior concentração de associados. Cada urna tem três mesários, e a portaria 3.437 estabeleceu que os presidentes têm exclusividade na indicação de mesários à DRT. Segundo um membro da oposição dos bancários, eles normalmente são escolhidos entre antigos pelegos aposentados.

"Nas urnas volantes, vota até defunto", comenta ele. As chapas têm o direito de nomear fiscais de urna, mas, como diz Marco Aurélio Ribeiro, "os mesários, verdadeiros profissionais de eleições, se encarregam de dificultar ou impedir o trabalho deles. Na última eleição dos alfaiates, os mesários simplesmente os excluiram". Além de tudo, como os fiscais da oposição são trabalhadores, não conseguem facilmente dispensa do trabalho durante os vários dias do pleito. Nas urnas, às vezes desaparece a lista de eleitores, como ocorreu em novembro na sede do Papel e Papelão.

Foto: Juca Martins

José Pedro: "mesmo ganhando a diretoria, a gente continua na oposição".

OPOSIÇÃO EM OSASCO

"Ser de oposição é estar contra o jeito que vão as coisas no país. Mesmo ganhando a diretoria, a gente continua na oposição." Com gestos precisos, o caldeireiro José Pedro da Silva, 35 anos, vai explicando o programa e as linhas da chapa oposicionista que concorre às eleições para a diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco, marcadas para 20 e 24 de fevereiro. "Temos que conquistar a confiança no sindicato, que não é só um prédio e uma diretoria, e para isso deveremos ser apenas coordenadores dos esforços das bases, indo às portas das fábricas, editando boletins semanais, fazendo o pessoal conhecer os mecanismos reivindicatórios, mostrando as dificuldades da atual estrutura sindical."

Num sindicato combativo, a primeira disputa eleitoral em dez anos

Os membros da chapa sabem que não são poucas as portas de fábrica às quais terão de se dirigir. Osasco é um núcleo industrial importante da Grande São Paulo, e as milhares de casas humildes que se espalham irregularmente pelos morros abrigam uma população basicamente operária, entre seus mais de 400 mil habitantes. O sindicato dos metalúrgicos da cidade congrega 14 mil associados, de um total de quase 30 mil trabalhadores na categoria, espalhados por nove outros municípios menores em torno de Osasco.

Porém, é a primeira vez em dez anos que as eleições são disputadas por uma chapa de oposição. "É que depois de 1968 houve muita repressão, muito medo, acabaram-se as lideranças, os companheiros na fábrica viam inimigos por todo o lado, passaram-se muitos anos para se formar um novo movimento sindical", afirma Antonio Vieira de Barros, outro dos integrantes da oposição. Os trabalhadores de Osasco fizeram em 1968 um dos mais importantes movimentos grevistas depois de 1964, realizando a ocupação de duas indústrias grandes. No clima agitado da época, o movimento foi considerado uma perigosa provocação, o que motivou a intervenção da polícia e do exército, a destituição da diretoria do sindicato, muitas prisões, e um longo refluxo da atividade sindical.

"Mesmo ganhando a diretoria, a gente continua na oposição".

"Mas as eleições de agora são muito importantes, afirma José Pedro. Pelo fato de se estar preparando uma chapa de oposição, vários companheiros que não se conheciam apareceram para discutir." A luta recente pela reposição das perdas salariais de 1973, ao lado da campanha pelo reajuste anual, também contribuiram para mobilizar novamente a categoria, e mostrar a necessidade de uma chapa de oposição. Segundo os seus membros, o presidente da atual diretoria ñao conduziu corretamente as reivindicações dos associados. "Haviamos decidido em assembléia que não aceitaríamos o acordo com os patrões na base de 41% de reajuste, como estava sendo proposto pelo sindicato de São Paulo", diz José Pedro. Segundo ele, em uma reunião na FIESP para a qual foram convocados membros da diretoria, os patrões voltaram a insistir na proposta de acordo. Diz Waldir Cirilo Piantoni, outro membro da oposição: "Parece que, para o atual presidente, a palavra do pessoal lá em cima é muito mais importante que a dos daqui de baixo." O presidente, Henos Amorina, convocou uma nova assembléia, para ver se a resolução anterior seria modificada, mas a crescente mobilização da categoria fêz com que mais de 600 trabalhadores comparecessem, dando 450 votos contra o acordo. Mesmo assim, por proposta do advogado Almir Pazzianoto, na seção do Tribunal Reginal do Trabalho do dia 8 de novembro, foi estendido para Osasco o acordo de 41% válido para São Paulo.

"Temos que enfrentar dois monstros, na fábrica e no sindicato"

Sobre a extensão do acordo, que segundo a oposição violou as deliberações dos associados, afirma Pazzianoto: "não houve traição à assembléia, porque considero que ela delibera de maneira inteligente, pelo melhor. E mais: segui a orientação do presidente do sindicato."

Henos Amorina contesta essa afirmação; não teria dado orientação nenhuma. Henos declara que a própria vida sindical brasileira só terá efetividade se houver luta por liberdade sindical e as bases operárias puderem se fazer ouvir. "Mas essa luta por liberdade sindical só é levada de bôca pela presidência atual. Não se pode esperar a liberdade sindical e sim conquistá-la preparando as bases", reclama José Pedro. "Os diretores de sindicatos, desligados da produção, tendem a ficar burocratas: deveriam ir à porta das fábricas, estimular a formação de grupos por empresa, como embrião de "comissões de empresa reivindicatórias e organizadoras."

"Precisamos estimular assembléias nas fábricas e grupos por emprêsa"

A questão da organização dos operários nos seus locais de trabalho estimula as colocações dos membros da chapa de oposição. "As vezes se coloca para nós se é mais importante dar mais força à luta cotidiana na fábrica, pelos problemas especificos dos trabalhadores, ou à luta dentro do sindicato, diz Antonio. Mas se a gente pode derrubar um pelego, não vamos ficar só na fábrica. Temos que lutar contra dois monstros." "É isso mesmo, acrescenta Waldir. Um pelego pode funcionar como dedo-duro. Há alguns dias atrás, a direção da firma Forjaço tomou uma medida injusta que praticamente nos impedia de ir até o bar da esquina na hora do almoço. No dia em que a medida baixou, um grupo de quase 50 trabalhadores teve que ficar sentado na porta da fábrica, sem almoço. Reclamamos e formamos uma comissão para discutir com a direção, mas durante as discussões seguintes o Henos achou que devia comunicar o fato ao DOPS, dizendo que fazia isso para mostrar à polícia que a própria empresa estava criando tumulto".

Na conversa, vai se desenhando o programa da chapa, que tem representantes de 10 fábricas e conta com mais quatro candidatos à diretoria efetiva: Josué Rossete, Horácio Delfino Neto, Nelson de Freitas Leitão e Waldemar Aparecido Silva. Liberdade sindical, independência diante do Ministério, luta pelo direito de greve, contra o arrôcho salarial, pela organização de assembléias nas fábricas, pelos contratos coletivos de trabalho. José Pedro arremata. "Pode ser que não ganhemos a eleição, pode ser até que nos criem problemas de impugnação, como fizeram com o pessoal no Rio de Janeiro. Mas mesmo assim vamos estimular a sindicalização, aproveitando a campanha para mostrar a importância do sindicato. Se estivermos na próxima diretoria, sabemos que a estrutura sindical nos vai trazer muitas dificuldades. Mas a gente tem que saber que não estamos sozinhos."

metalúrgicos

Na vanguarda das lutas operárias dos últimos quatro anos

A tradição de combatividade dos metalúrgicos é bem anterior aos nossos dias, na história das lutas operárias brasileiras, em que várias vêzes eles detiveram a vanguarda. Hoje, nos setores mais avançados da indústria, como o automobilístico, eles têm uma posição vantajosa do ponto de vista de possibilidade de reivindicar: não é facil mandar embora da fábrica um metalúrgico especializado, pois não existem tantos bons ferramenteiros e prensistas por aí. Desde 1973, os trabalhadores do setor vêem adotando táticas diversificadas de luta, como paralizações parciais e por secção, boicotes, greves tartaruga, etc. Ao mesmo tempo, fazendo manifestos e estimulando a atividade de seus sindicatos, procuram dar aos seus movimentos o caráter mais geral de oposição à estrutura sindical vigente, ao modelo de desenvolvimento e à política salarial.

O início da crise do modelo econômico, e a dificuldade cada vez maior do governo de controlar a insatisfação operária, provocaram uma série de movimentações. Apesar de ainda pequenas e embrionárias, elas revelaram as pressões da classse sôbre seus próprios sindicatos, no sentido de encaminhar efetivamente suas reivindicações, e a crescente presença de oposições sindicais.

Movimentos Parciais

A polícia precisou cercar a fábrica da Ford em São Bernardo do Campo (SP), em janeiro de 1974, para impedir um greve que os trabalhaddores ameaçavam, começando por protestos e boicotes à hora extra. Mas as movimentações continuariam a ocorrer no ABC, como a greve parcial, em março, de mais de 2 mil trabalhadores da Aços Villares em São Caetano.

A pressão operária começava a se fazer sentir: em março foi feito o 1º acordo para reajuste de salários - fato que não acontecia desde 1964 - entre os metalúrgicos paulistas do interior e seus patrões estipulando um reajuste salarial de 18%. Em maio, os trabalhadores em indústrias automobilísticas, de tratores e implementos agrícolas motorizados divulgaram um documento. Ao final de sua II Conferência Nacional em maio os trabalhadores da indústria automobilística reafirmavam a necessidade da livre contratação coletiva de empregados e melhor distribuição de renda. O plenário aprovou também um pedido de providências ao Ministério do Trabalho "no sentido de determinar a realização de eleições livres no Sindicato dos Metalúrgicos da Guanabara", que havia sofrido dos órgãos ministeriais após a vitória da chapa de oposição.

Em junho ocorre uma paralização na funilaria da General Motors do Brasil em São Caetano, seguida em agosto por uma greve prcial de uma semana e de um boicote à hora extra durante 15 dias, na Volkswagen de São Bernardo do Campo. Em setembro ocorrem paralisações na General Motors de São José do Campos e em várias indústrias automobilísticas de São Bernardo, como da Volkswagen a Chrysler e a Mercedez Benz.

Pressionados pela base e ameaçados pela crescente presença das oposições, os dirigentes sindicais são orbigados a encampar as reivindicações da classe. Isto ficou claro na mudança de atitude de muitos deles na campanha salarial de outubro de 1974; o sindicato de São Paulo, propenso de início a aceitar a proposta conciliatória de um reajuste de 33% passou logo depois a propor 40%.

Novas táticas

Em março de 75 várias centenas de trabalhadores da Wallig Sul, em Porto Alegre, paralisaram suas atividades por muitas horas para receber seus salários, amaeçados de suspensão. Essa greve foi vitoriosa, como a da Fiel Aço Metais em São Paulo, onde mais de 1000 operários recorreram a 24 horas de paralisação, seguida de uma semana de operação tartaruga, para conseguir reajuste salarial.

No final do ano, os gerentes da Metalúrgica Matarazzo, em São Paulo, ficaram surpresos com a devolução de 80.000 latas de cerveja e com a ameaça de rompimento de contrato pela Sanbra, por haver recebido enorme quantidade de latas de óleo danificadas. Não se tratava simplesmente de um erro no controle de qualidade, mas sim do resultado de uma atitude de protesto dos operários contra o aumento de 37% dado pelo governo, em vez dos 80% pretendidos.

Pressão de Base na Campanha

Em 1976, ao lado da continuação dos movimentos, como a greve tartaruga de 3 mil operários por mais de 20 dias na General Motors de São José dos Campos, destacá-se a reativação da luta dentro dos sindicatos.

Na campanha salarial de outubro, a assembleia dos metalúrgicos de São Paulo aprovou um índice de reajuste de 60%, mas só conseguiram 43% no dissídio, o que gerou protesto das oposições de São Paulo, Osasco e Guarulhos. Seus líderes divulgaram um documento em novembro de 76, mostrando a disposição de "fazer pressão a partir da fábrica com abaixo-assinados, diminuição da produção e comissões".

Política e Reposição

As lutas dos metalúrgicos em 1977 tiveram um salto político, com a proliferação de manifestos e atitudes combativas mais amplas. Em abril, o Sindicato de São Bernardo do Campo e Diadema lançou um manifesto contra as pretensões da Ford de reduzir em 20% a jornada semanal de trabalho e o salário de seus empregados, um texto ainda basicamente reivindicatório, como o memorial dos trabalhadores da COSIPA (Cubatão-SP) de agosto. Mas em outubro, os metalúrgicos do Rio Grande do Sul se associaram a outras categorias no documento político enviado por 110 entidades sindicais (representando 300 mil trabalhadores) ao Poder Legislativo, contra a concentração de renda, a censura, a falta de liberdade política, e pela democracia.

Esse manifesto coincidiu com o desenvolvimento da campanha pela reposição dos reajustes salariais perdidos em 1973. Os metalúrgicos, que sem dúvida, tomando a frente dessa luta, dividiram-se nas táticas adotadas. Os sindicaros de São Bernardo, de Santo André (SP), do Rio de Janeiro, de Niterói (RJ), de Santos e de Osasco (SP) optaram pelo dissídio coletivo, propondo alguns a negociação direta com os patrões, por considerar essa tática a mais mobilizadora da classe. Outros, como os de São Paulo e Guarulhos, (SP) por sugestão da Federação dos Metalúrgicos do Estado, preferiram mover ação por perdas e danos contra a União. Os primeiros conseguiram mobilizar assembléias bastante amplas da categoria, e a sua luta projetou nacionalmente lideranças como Luis Inácio Silva de São Bernardo (o "Lula") e Benedito Marcílio, de Santo André.

Os trabalhadores liderados por este último, colaboraram para ampliar o salto político das lutas dos metalúrgicos, divulgando uma carta tirada em assembléia de seu sindicato. O documento exige eleições livres e diretas para todos os cargos, a volta do "habeas corpus" e do Estado de Direito.

Isso valeu a Marcílio um "pito" da Delegacia Regional do Trabalho, da mesma forma que vários dos sindicatos do Rio Grande do Sul sofreram pressões. Mas as lutas dos metalúrgicos continuam - a greve de 8 mil trabalhadores da Fiat Diesel do Rio de Janeiro em novembro, (antiga FNM), pelo pagamento do aumento para todos os empregados, obrigou a diretoria a ceder, depois de três dias.

CEDEM

ESTUDANTES NAS RUAS

Em 1977, depois de nove anos, o movimento estudantil voltou às ruas, apesar da polícia, e se fêz ouvir. Mas até que ponto os atos públicos, a tentativa de reorganização da União Estadual dos Estudantes em São Paulo, a realização do IIIº Encontro Nacional, as eleições concorridas em vários centros e diretórios contribuiram, de fato, para a organização do movimento? **Amanhã** ouviu dez entidades estudantis paulistas, que fizeram um balanço das mobilizações do ano, a partir de duas perguntas básicas.

- ***Os estudantes vinculados à sua entidade participaram das principais manifestações de 1977? Por que?***

- ***Em que medida as mobilizações de massa deste ano contribuiram para o crescimento, organização e participação sistemática dos estudantes no movimento?***

RESPOSTA AO "PACOTE"

A participação nas manifestações de 77 esteve ligada a um momento de crise política, vivido intensamente pelos estudantes, que estão no centro da criação intelectual e, como cidadãos, como classe média, são também atingidos pelas restrições econômicas e políticas. E sua localização no centro dos debates lhes dá uma grande sensibilidade para os problemas que atingem os setores populares, há mais tempo sujeitos ao sistema de exploração da ditadura. Questões mais diretamente ligadas à universidade, como a qualidade e o preço do ensino, colaboraram também com o processo de conscientização. Uma intensa discussão, desde as razões do movimento até a escolha de locais para as manifestações, permitiu um crescimento político, que reverteu numa maior capacidade de mobilização e organização. É na medida em que o movimento cresceu, colocando questões mais gerais, passou a exigir a organização em torno de entidades que direcionem a luta unitária: DCEs, entidades municipais, UEE e a comissão pró-UNE. Assim, em 77, o movimento estudantil viveu dois momentos distintos. No primeiro semestre, a crise mais aguda do sistema, o "pacote" de abril etc, trouxeram uma certa paralisia dos setores oficiais de oposição, especiaimente do MDB. Nesse momento, o movimento estudantil "puxou" a resposta da sociedade civil ao regime - a resposta que se podia dar ao "pacote". No segundo semestre, ao mesmo tempo em que a opoisção legal e as forças repressivas se rearticulam, o movimento entra num momento de perplexidade e impasse: não há uma visão clara de como canalizar organizadamente a mobilização, e de como prosseguir no processo. **(Diretório Central dos Estudantes da Universidade de São Paulo)**

UM NOVO GRUPO

A passagem das lutas específicas às lutas gerais levou, num primeiro momento, ao abandono das primeiras e, no momento seguinte, ao aparecimento de um novo grupo de pessoas, que trabalharam paralelamente ao centro, criando uma aparência de oposição entre as lutas específicas e as gerais. A forma de evitar tal cisão, desnecessária e prejudicial, é manter as duas formas de luta: reivindicações específicas na classe, na escola, na profissão, e a luta geral pela transformação da sociedade. E o primeiro indício da validade desta proposta, enquanto forma de organização do centro, foi a vitória, com cerca de 50 por cento dos votos, da plataforma que a defendia, representada nas últimas eleições por um grupo novo na escola. **(Centro dos Estudantes de Física e Matemática - USP)**

"ESTÁVAMOS A REBOQUE"

Estávamos lutando por coisas específicas, mas paralelamente estavam ocorrendo outras lutas em São Paulo. E quando o representante da PUC-SP falou na nossa assembléia, todo mundo se assustou. Aí começou uma reflexão em cima dos nossos próprios problemas - transporte, alimentação, anuidades - que estão relacionados com o nível de ensino, a crise da universidade, a luta pela liberdade de expressão, e a coisa foi se ampliando, naturalmente, dos problemas específicos aos mais gerais, o que acabou, de certa forma, afastando a massa. E a partir do momento em que começou a assumir um caráter mais político, o movimento sofreu um refluxo. O espaço político aberto pelos atos públicos não foi eficazmente preenchido por outros setores. O MDB e a Igreja, por exemplo, se mobilizaram, mas o que interessa são os setores mais populares, os trabalhadores que, naquele momento, devido à conjuntura repressiva, não conseguiram preencher o vazio. No meio do ano fizemos um balanço, e chegamos à conclusão de que, em termos de organização, nós tínhamos alguns furos. Estávamos a reboque das circunstâncias. Se acontecia algo em São Paulo, mobilizava-se as pessoas para um ato público, sem saber direito por que. Quando fomos à SBPC, as coisas começaram a ficar mais claras. E foi aí que a gente sentiu a necessidade de uma direção política. Mas considerando que, desde 68, não havia nem assembléia, e em 77 houve... O que não existe é uma relação direta entre mobilização e participação efetiva. Se antes havia mil pessoas participando de assembléias, isso não quer dizer que agora vai haver 2 mil. Um ato público tem um efeito a longo prazo. As pessoas ficam pensando... **(Filosofia, PUC-Campinas)**

DIREÇÃO POLÍTICA

Nas entidades onde a falsa dicotomia "problemas gerais - específicos" é resolvida de maneira politicamente correta, onde existe de fato uma direção política, baseada numa plataforma política clara, com a canalização da disposição de luta dos estudantes, aumentou amplamente não só a participação, como o nível de educação política, fazendo com que os estudantes compreendessem que a luta por melhores condições de ensino faz parte da luta por liberdades democráticas. **(Centro de Ciências Sociais - USP, maioria da diretoria)**

PESSOAL INCRÍVEL!

Alguns alunos participaram por livre e espontânea vontade, porque todos os presidentes de diretório do Mackenzie ficaram alienados, não queriam nada. Só a Arquitetura participou, mas tomou uma posição meio anárquica. O nosso Diretório (a atual diretoria tomou posse em outubro) realizou uma assembléia em abril, onde se decidiu elaborar um manifesto de apoio ao movimento estudantil. Mas eram todos contra a participação em passeatas. Tentamos colocar isso em votação, mas não deu. O pessoal aqui... o poder aquisitivo desse pessoal é incrível! **(Diretório Acadêmico de Direito, Mackenzie)**

CONSCIÊNCIA DA MASSA

Nas manifestações de maio, o Diretório, enquanto entidade, não assumiu as bandeiras gerais do movimento estudantil, porque estava sob inquérito administrativo movido pela direção da faculdade, durante o movimento contra o reajuste das mensalidades, em abril. O inquérito acabou punindo dois membros do Diretório, mas aquele clima todo de mobilização facilitou a realização de uma grande assembléia em que se decidiu pela paralização das aulas, até que as punições de nossos colegas fossem anuladas. O movimento saiu vitorioso e, nas eleições de outubro, conseguimos uma mobilização e uma solidariedade bastante grandes de nossos colegas. E vencemos uma chapa de direita, por 806 votos contra 232. Mas devido ao nível de consciência da massa da escola, fica difícil sair com um programa político mais amplo. **(Diretório Acadêmico de Arquitetura, Moji)**

ABRINDO CANAIS

Os alunos da nossa escola participaram porque se tratava de uma luta pelas liberdades democráticas, e as manifestações tornaram possível a canalização das insatisfações diante do regime. **(Centro Acadêmico de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas)**

UMA NOVA UNIÃO

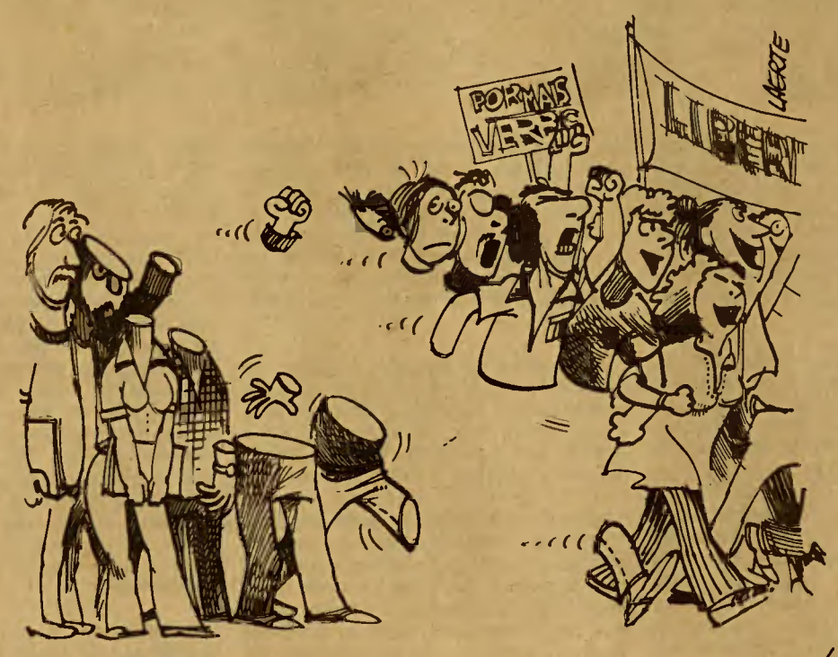
Na FAAP, com exceção da Engenharia (a antiga diretoria, contrária ao movimento estudantil, esteve na direção até outubro), houve uma certa união entre os Diretórios, o que nunca havia acontecido antes. Na Engenharia inclusive, houve uma grande mobilização em torno de uma chapa de oposição, para a tomada do Diretório, que acabou vencendo com 70 por cento dos votos. E isso, pode-se dizer, foi consequência das manifestações de massa. **(Diretório Acadêmico da Engenharia - Fundação Armando Álvares Penteado)**

OS SECUNDARISTAS

A realização das eleições para o Grêmio mobilizou muita gente, durante as manifestações. E o movimento foi importante para a gente, na medida em que despertou o interesse para uma tentativa de reorganização dos secundaristas. Foi criada, inclusive, a Comissão Aberta Pró-Organização de Secundaristas e Vestibulandos. **(Grêmio - Colégio Equipe)**

LIDERANÇA E BASES

A mobilização e participação foi muito grande na época das prisões de 1º de maio - possivelmente porque havia estudantes da PUC presos - e continuou grande, em todos os atos posteriores. Seria irreal falar em maioria, mas foi muito boa a participação da parcela mais avançada dos alunos. A evolução do cenário nacional, com o pacote de abril, e uma maior liberdade de discussão na PUC, influíram no aumento da participação dos alunos, e na criação, em maio, do DCE. A saída às ruas foi um passo decisivo na reorganização do movimento estudantil, que teve, com o saldo maior, a reorganização da UEE, o Encontro Nacional dos Estudantes e, secundariamente, o recuo das posições de direita. As entidades abriram canais mais efetivos de participação para os estudantes, fortalecendo-se a partir das grandes mobilizações. Mas o abandono das lutas específicas, por lutas políticas, afastou a liderança das bases. **(Diretório Central de Estudantes, da Pontifícia Universidade Católica)**



Habeas Corpus

A ARMA CONTRA O ARBÍTRIO

Entre a discussão sobre a salvaguarda para o Estado e a liberdade do cidadão, o advogado José Carlos Dias desfaz, de cara, o primeiro equívoco: "O Estado já dispõe de meios legais para apurar crimes. Basta que escolha a obediência às normas legítimas"

A Questão Democrática

Ricardo Carvalho

O Habeas Corpus não impede que a pessoa seja processada, indiciada em inquérito ou até condenada. Ele impede, isto sim, o abuso do poder, a violência contra a liberdade individual. "Ele não é uma arma em favor da impunidade - explica o advogado José Carlos Dias, da Comissão de Justiça e Paz, em entrevista ao **Amanhã** - é uma arma contra o arbítrio".

"O Estado já dispõe de tantos meios legais para apurar crimes, diz José Carlos Dias, que se as autoridades se cingissem à obediência da lei, o Habeas seria absolutamente conciliável".

Mas foi alegando justamente o contrário, ou seja, que os instrumentos jurídicos "que a Revolução vitoriosa outorgou à Nação, para sua defesa, desenvolvimento..., estavam servindo de meios para combatê-la e destruí-la", que o ex-presidente Costa e Silva, ouvido o Conselho de Segurança Nacional, resolveu editar o Ato Institucional nº 5, em 13 de dezembro de 68 e estabelecer, no seu artigo 10: "Fica suspensa a garantia de habeas corpus nos casos de crimes políticos, contra a segurança nacional, a ordem econômica e social e a economia popular".

A partir do discurso presidencial de 1º de dezembro, a questão da defesa do Estado se recoloca, não mais, agora, em termos do combate a atos "nitidamente subversivos, oriundos dos mais distintos setores políticos e culturai - como alegava um dos "considerandos" do Ato de 1968 - dada a constatação, na fala de Geisel, de "uma evolução pacífica da vida nacional", mas como a necessidade de salvaguardar a segurança do Estado submetendo a este primeiro requisito, "em cada caso reconhecidamente indispensável e justo, as liberdades e a própria segurança individual do cidadão".

Já em novembro deste ano, o líder do governo na Câmara Federal, deputado José Bonifácio, preparava a opinião sobre o que pretenderiam as reformas planejadas pelo regime, no capítulo sobre a segurança do cidadão. Na época ele dissera que o governo pensava estender o Habeas Corpus aos indivíduos que cometessem delito de opinião, mantendo sua ausência apenas para os considerados "terroristas" e "subversivos".

Da informação de Bonifácio até a fala presidencial, experiência ou não, o fato é que, na prática, alguns vestígios levam a crer que, vagarosa e prudentemente, os tribunais passaram a reorientar seu comportamento em relação à concessão do Habeas Corpus.

Em São Paulo, por exemplo, o Tribunal de Alçada Criminal concedeu Habeas a Waldir Antonio Teixeira, dia 24/11, com base no despacho do juiz Lauro Malheiros, que sustentou a opinião de que se tratava de assunto de natureza processual, embora relacionada com crime contra a economia popular. Segundo o magistrado, as restrições estabelecidas pelo Ato Institucional somente alcançam os crimes contra a economia popular em sua essência, e não no seu caráter, puramente processual. Dos crimes previstos no AI-5 onde não cabe o Habeas Corpus, o crime contra a economia popular é o único julgado pela Justiça Comum.

A 1º de dezembro, em Brasília, o Supremo Tribunal Federal, a mais alta corte do país, reafirmou a decisão da Justiça carioca, que definiu a supremacia do Estatuto dos Advogados, aprovado por lei federal, sobre a legislação penal do Rio de Janeiro. Com a confirmação do STF, fica assegurado ao advogado o direito de comunicar-se com seu cliente preso, em qualquer dia da semana e a qualquer hora do dia, nos termos do artigo 89 da Lei 4.215 (o Estatuto dos Advogados).

Embora esta decisão se refira a crimes comuns e à supremacia de uma lei federal sobre leis estaduais, o que é um dado óbvio, acredita-se que foi iniciado o primeiro passo para a quebra da incomunicabilidade de 10 dias, prevista na Lei de Segurança Nacional. Atualmente, segundo a determinação do LSN, o preso político não pode se avistar com qualquer pessoa, nem mesmo com seu advogado, durante os 10 dias, e o advogado José Carlos Dias, que atua na Justiça Militar Paulista, admite que, a autoridade policial utiliza este período para coagir o preso a confissão através de interrogatórios exaustivos e, do recurso a torturas, como recentemente foi denunciado pelos presos cariocas, acusados de pertencerem ao MEP (Movimento de Emancipação do Proletariado). Denúncias, aliás, que se repetem há muito tempo, mas que, só agora a imprensa passou a divulgar.

O Superior Tribunal Militar, por sua vez, abriu recentemente, dois precedentes, considerados da maior relevância. Apesar de votos vencidos, os ministros Jacy Pinheiro (vice-presidente), Rodrigo Otávio e Lima Torres se pronunciaram favoravelmente à concessão do Habeas para Ademir Bithencourt e Jorge Damasceno, denunciados no artigo 27 da Lei de Segurança Nacional, por assalto a banco, e presos há um ano e meio em Curitiba sem que existisse ação penal formalizada contra eles. Pela primeira vez, neste caso, o STM mandou que se apurassem as responsabilidades do juiz-auditor e do promotor de Curitiba, que atuaram no processo.

E, finalmente, o STM protocolou no dia 22 de novembro, também pela primeira vez, uma petição apresentada por advogado (Luis Eduardo Greenhalgh) pedindo Habeas Corpus para os presos políticos Carlos Alberto Soares e Rholine Sonde Cavalcanti, que cumprem prisão perpétua em Itamaracá e fizeram greve de fome para protestar contra o isolamento carcerário. Este pedido de Habeas reivindica somente a suspensão do isolamento, pretendendo que sejam "restabelecidas aos pacientes as condições mínimas exigidas para o cumprimento das penas", sem pretender a libertação dos detidos.

André Toral

Foto: Vera Simonetti

Luiz Eduardo Greenhalgh

"DEVOLVA-ME O CORPO"

O Habeas Corpus foi criado em 1215 por João Sem Terra e significa o direito da pessoa sobre o seu corpo: "devolva-me o corpo". Ele existe para garantir a liberdade individual, como um instituto a ser aplicado sempre que alguém sofrer um constrangimento ielgal à sua liberdade de ir e vir. A violência à liberdade, porém, não se verifica somente no ato da prisão. Ela existe também quando é instaurado um processo criminal que descreve um fato que não seja criminoso, quando não justa causa para o processo, podendo-se averiguar estas irregularidades, logo no inicio da ação penal. Neste caso, o Habeas Corpus tranca a ação penal, ou seja, provoca o arquivamento imediato do processo e a pessoa não é sequer indiciada.

José Carlos Dias cita o caso de um de seus clientes:

"Um rapaz emprestou o seu carro para um colega que transportou panfletos no automóvel e foi preso. O que emprestou o carro foi denunciado e respondeu ao processo, porque o promotor entendia que o rapaz sabia para que tinha sido feita a solicitação do automóvel. Por isso ele foi denunciado, mas o promotor não tinha nenhum elemento para fazer esta avaliação absolutamente subjetiva. Então, a existência deste processo era um constrangimento. Era uma denúncia sem justa causa, porque não tinha nenhum elemento baseado no inquérito policial que pudesse propiciar a instauração da ação penal.

O promotor no final pediu a absolvição.

"Este é um caso tipico de Habeas Corpus: não precisaria que a Justiça tivesse sido movimentada e o rapaz não precisva se submeter a esse processo, ter a sua liberdade ameaçada".

Desde o Império, o Brasil só teve o Habeas Corpus suspenso durante o Estado Novo e a partir de dezembro de 68, com a edição do AI-5.

REFORMAR PELAS PRÓPRIAS MÃOS

O advogado Luis Eduardo acha que "é hora dos tribunais realizarem as reformas pelas próprias mãos, sem esperar por decisões dos regimes políticos".

José Carlos Dias, por outro lado, entende que "se o Habeas Corpus for reimplantado em sua plenitude, será uma conquista", desde que venha intimamente ligado a uma reivindicação da consciência jurídica nacional: "a devolução das garantias constitucionais à magistratura". "O mais importante, diz ele, é a presença de juízes independentes, que não estejam ameaçados de perder os seus vencimentos, rebaixados ou demitidos; que possam resistir às pressões, pois sofrê-las, eles irão sempre. Um juiz de uma comarcazinha do interior de São Paulo tem que ter consciência de que o presidente da República não pode fazer nada contra ele. Naquele instante - prossegue - ele cristaliza, ele representa todo o Poder Judiciário. Isto que é importante num regime democrático".

Ao defender a reintrodução do Habeas Corpus para crimes políticos, Dias não aceita que haja discriminação na sua aplicação, como insinuou o líder do governo. Considera esta diferenciação um grande erro, pois em sua opinião, "o Habeas não deve estar vinculado à gravidade do crime. É um instituto que garante a paz social, o direito de defesa e a garantia da liberdade individual, não interessando se o crime, é mais ou menos grave".

"Atualmente - ressalta - nós temos uma aberração, pois se, por exemplo, um rapaz que distribui panfletos na esquina for preso ou processado, em favor dele não haverá Habeas Corpus; mas em favor de alguém que mata para assaltar, há o Habeas".

José Carlos Dias considera importante também esclarecer - lembrando que se faz muita confusão sobre o assunto - que o Habeas Corpus "não é um sinal de que não há muita culpa no crime cometido". Como ele existisse, porém, ele acrescenta, "um grande número de réus não seria processado na Justiça Militar". E explica porque:

"O grande número de absolvições na Justiça Militar, que parecem ser proporcionalmente em maior número do que na Justiça Comum se deve exatamente ao fato de na primeira o HC não estar em vigor. Este grande número de absolvições é o maior argumento em favor do Habeas Corpus".

"COMO SE HOUVERA GUERRA, QUE ADVERSA NÃO FORA..."

Toda a discussão em torno da volta do Habeas Corpus ou de sua importância para a segurança do indivíduo, se dá em função do conjunto de normas que defime e distingue os crimes políticos dos crimes comuns, ou seja, o decreto-lei 898 também conhecido por Lei de Segurança Nacional.

Citando a "Carta aos Brasileiros", recentemente elaborada por juristas de todo o país, Dias questiona a legitimidade da LSN. Entre outras coisas porque "não é legítima uma lei que não emana do povo". E aponta, também, a duvidosa legalidade de muitos dispositivos da LSN, "porque o princípio básico de toda a lei penal é que não há crime sem prévia lei que o defina com clareza".

"A descrição na LSN da guerra revolucionária, da guerra subversiva, da guerra psicológica adversa por exemplo - ele acrescenta - é um quadro que eu não diria nem de um comportamento, mas de uma situação completamente nebulosa que dá vazão a um subjetivismo total, a tal ponto que nós, não sabemos se aquilo que estamos falando nesse momento não pode ser entendido como guerra psicológica adversa. O princípio da "reserva legal" ("nulo crime, nula pensa sine lege") existe para que todo cidadão - e ninguém pode alegar ignorância da lei - possa dizer: "estou ou não praticando um crime", e, se processado, possa defender-se. Agora, como posso me defender se não há uma descrição clara da conduta?"

Dias folheia a LSN e lê o 2º parágrafo, do artigo 1º: "A guerra psicológica adversa é o emprego da propaganda, da contra-propaganda e de ações nos campos político, econômico, psico-social e militar com a finalidade de influenciar ou provocar opiniões, emoções atitudes e comportamentos de grupos estrangeiros, inimigos, neutros ou amigos contra a consecução dos objetivos nacionais". Em seguida, exclama:

"Só para ficar nas quatro primeiras palavras: a guerra psicológica adversa. Como se houvera guerra, que adversa não fora...."

Foto: Ricardo Giraldez

José Carlos Dias

OS MILITARES E O PODER

A Questão Democrática

a gravidade alterada

OS RESULTADOS DA REVOLUÇÃO MOSTRAM QUE OUTUBRO SIGNIFICOU MAIS QUE A SIMPLES ELIMINAÇÃO DE UM CANDIDATO

NEWTON RODRIGUES

O fato mais importante, em 1964, não foi a deposição de João Goulart da chefia do governo, a que chegara pela renúncia de Jânio, as falhas da lei eleitoral e a ação da grande frente-única civil e militar, que fez valerem as regras do jogo, derrotando a tentativa tutelar dos ministros militares Denis, Heck e Moss.

A queda não foi o mais importante porque, em muitas outras oportunidades, os militares haviam feito irrupções política,s impondo exigências especiais. Em 1954, Vargas já estava deposto antes de varar o peito; em 1955, Juscelino fora chamado por Café Filho para dele escutar que os chefes militares (Canrobert, Juarez, Lott, Fiuza, Eduardo Gomes e Amorim do Vale) vetavam suas pretensões ao Catete; nesse mesmo ano, teñdo, tendo JK alcançado a vitória, um forte esquema militar respaldando manobras civis tentou recusar-lhe a posse, que só foi possível porque o ministro da Guerra (Lott) e o comandante do I Exército (Denis) a asseguraram, tendo para isso de depor o presidente interino, Carlos Luz (11 de novembro), e o efetivo, Café (21 de novembro).

Nem assim estaria normalizada a crise, mesmo em seus aspectos mais evidentes. Juscelino permaneceu por muito tempo com sentinela à vista: manteve o esquema Lott – Denis e fez, até, votar uma lei excepcional (Lei Denis), que assegurou a permanência desse general na ativa, mesmo depois de encerrado seu prazo normal. Mais tarde, com Lott já candidato, Denis assumiu a pasta. Quando Jânio estava para tomar posse, escrevemos que sua autonomia de vôo seria medida pela presença ou não de Denis no gabinete futuro. Como se sabe, o general permaneceu e Jânio Quadros renunciou poucos meses depois. O veto a Jango, tendo Denis à frente, só foi contornado mediante profundas alterações constitucionais, numa esdrúxula fórmula de compromisso, que as conveniências apelidaram de parlamentarismo, embora eliminadas algumas das exigências principais do sistema de gabinetes.

Em todos esses episódios há quatro características marcantes: 1) a constância da intervenção militar (velha perturbação, mais evidente a partir da fase final do império); 2) respeito formal à linha sucessória e ao resultado das urnas (Café e Jango, vices de Vargas e Jânio sucederam a um e outro; Getúlio e Juscelino, apesar de tentativas em contrário, foram empossadas sob garantia militar); 3) permanência, na tropa, de elementos das correntes derrotadas no processo de intervenção militar, mantendo estas, portanto, atividade e influência no dispositivo; 4) rápida devolução do governo aos organismos institucionais específicos, concentrando-se de novo as corporações militares nas atividades profissionais.

Nos acontecimentos de 1964, somente a primeira característica permaneceu. A linha de sucessão não foi respeitada (apesar da posse de Mazzili o poder efetivo nas mãos dos generais vitoriosos que, poucos dias depois, suspendiam as garantias constitucionais e determinavam punições extra-judiciárias). As cassações desconsideraram as decisões das urnas. Além disso, embora o AI-1 fixasse prazo para a vigência do regime de exceção, após alguns meses de interrupção, ele foi restaurado (AI-2) ainda em termos provisórios, até que, em 1968, voltou a vigorar ao infinito.

ERRARAM OS QUE SUPUNHAM MERAMENTE EPISÓDICA A INTERVENÇÃO MILITAR

Dessa forma, em 1964, a instauração no país de um regime de tutela militar criou uma situação diversa das anteriores. Com a eliminação dos vencidos das fileiras, processou-se um deslocamento do centro de gravidade, ocorrendo um equilíbrio de novo tipo. O entendimento desses fatos mostra porque erraram os que supunham meramente episódica e de curtas consequências a intervenção. Os dois polos em torno dos quais se haviam aglutinado, nos momentos mais agudos de crise, os componentes da maioria, deixaram de existir, pela eliminação de um deles. Agora, as divergências que continuavam a se manifestar (por exemplo, castelistas e não-castelistas) tinham menor espectro, porque as alas não homogêneas encontravam-se irmanadas diante de adversários comuns.

O fato, entretanto, de a vitória haver sido fruto de uma conjunção de tendências bem diferenciadas, aglutinadas principalmente a partir do início do ano e, mesmo, dos primeiros dias do próprio mês de março, condicionou muitos aspectos da intervenção. Desde a revolta dos marinheiros, a conspiração militar ultrapassara o ritmo do movimento civil, ampliar-se a novos setores ainda não engajados, alterando a própria composição de forças e dispersando os objetivos. As lideranças políticas civis perderam substância em relação aos militares, mesmo daqueles que só se tinham definido tardiamente. Magalhães Pinto, Carlos Lacerda, Adhemar de Barros (para não nos referirmos ao governadores de menos importância como Ney Braga e Mauro Borges) puderam, logo ao primeiro encontro com o general Costa e Silva, perceber o caráter castrense que adquirira a vitória.

A imposição da candidatura Castelo Branco a um Congresso que mais facilmente elegeria Dutra, somada à permanência de Costa e Silva na chefia do Exército, definia um compromisso entre a corrente que históricamente mais trabalhara contra Jango e outras tendências, como a que mais tarde se definiria como "linha dura". O regime híbrido, "constitucional-ditatorial", então instituído espelhava também as vicissitudes de correntes não bem ajustadas, que, entretanto, foram incapazes de se impor com exclusivismo. Assim, a manutenção do Congresso pode ser encarada como um recurso tático, útil sobretudo àquela corrente mais estruturada que alcançava, dessa forma, um anteparo legal para sua atuação, embora estivesse ele ilegitimado pela febre cassatória e o esvaziamento das atribuições que lhes eram próprias. Senado e Câmara contribuiam para que uma direção minoritária pudesse impor mais facilmente suas diretivas à própria instituição militar; a essa atuação de fora para dentro preceia, porém, de dentro para fora, a ação de maior arrocho em que se apoiava a voz de comando.

A SOLUÇÃO INSTITUCIONAL DEVE SER O PRODUTO DE TODA SOCIEDADE ATUANTE

O enquadramento da sociedade civil, em tais circunstâncias, passou a seus desdobramentos lógicos, pela afirmação cada vez maior da influência dos tecnocratas e sua associação bastante íntima com certas tendências militares. O lema desenvolvimento e segurança, posto em voga, e a presença no governo precisamente de um oficial-general que tem dezenas de anos de atuação na administração pública (secretário de finanças estadual, membro do gabinete militar, ídem do Conselho Nacional de Petróleo, chefe da Casa Militar, presidente da Petrobrás) cristaliza essa aliança.

Entretanto, as sucessivas crises e intervenções já demonstraram, além do necessário, que o problema mais importante com que nos deparamos é o de reaproximar o Estado e a Nação que se estão distanciando velozmente, em virtude da própria concepção elitista, já predomianante e acentuada pelas últimas medidas de natureza política. A solução institucional não pode ser um produto da decisão militar, porém de toda sociedade atuante. Muito menos cabe transformá-la em circunstância episódica ou em recurso tático para solução de dissidências entre candidatos.

Os episódios de outubro, culminados com a demissão do ministro do Exército, significam mais que a eliminação de um candidato. Seus desdobramentos, assim como os antecedentes, confirmam novamente que a própria instituição militar está sofrendo duramente as consequências do longo processo de distorção política por que passa o país e que, para sua própria eficácia, necessita que se instaure a plena normalidade democrática.

André Boccato

NÃO BASTA DENUNCIAR O MAU CHEIRO

SE A OPOSIÇÃO NÃO RESOLVER LUTAR POR DEMOCRACIA *MESMO* AS REFORMAS SERÃO LIMITADAS PELO DESGASTE DAS CÚPULAS

FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Finalmente houve o parto da montanha. As reformas institucionais começaram a nascer. O diálogo do senador Portela foi oficializado pelo discurso presidencial e o novo figurino começa a tomar corpo. Discutem-se as salvaguardas constitucionais e as infidências áulicas deixam entrever como o governo imagina que a vida política deva ordenar-se no futuro. Parece que se pretende por termo ao estado de exceção para dar a luz ao que, com benevolência, poder-se-ia chamar de uma 'democracia restrita'. Muito foguete para santo fraco, dizem os céticos um passo tímido na boa direção, dizem os mais otimistas.

Melhor do que avaliar as propostas do governo segundo critérios subjetivos será avaliá-las a partir de perguntas sobre se elas ampliam ou restringem o espaço para que a base da sociedade possa mover-se politicamente. Para isso é preciso entender o modo geral pelo qual o regime autoritário está se transformando na direção de uma regime de "democracia restrita", bem como é necessário analisar a estratégia política que o governo desenvolve para implementar o novo regime.

TIVERAM NOVO ALENTO AS CONTRADIÇÕES QUE ACELERAVAM AS EXPECTATIVAS DE MUDANÇA

Antes de mais nada, tomando de empréstimo ao jornalista Carlos Castelo Branco a imagem sugestiva que ele usou para qualificar a atual conjuntura, iniciada com o "pacote de abril", convém assinalar que o regime autoritário corre o risco de sofrer uma "implosão". Que quer dizer essa "implosão"? Quer dizer que as pressões existentes no interior do regime são fortes e desencontradas, indicando que o consenso do Sistema foi rompido. Daí que as mudanças em curso sejam alternativas surgdas no debate entre as próprias camadas dirigentes e que se elas não funcionarem ou se surgir algum incidente de trânsito provocado, por exemplo, pela condição do processo sucessório, poderão ruir as vigas nestas do sistema decisório.

Esta conjuntura, densa de incertezas e de opções, não se constituiu como efeito da estratégia política das oposições ou por causa de golpes que elas tivessem desferido no arcabouço político do regime. Por certo, sem a vitória do MDB em 1974, sem a defesa altiva dos direitos humanos pelas Igrejas e organizações de advogados, sem o movimento estudantil vigoroso e responsável, sem uma intelectualidade capaz de resistir às benesses do poder e sem que se tivesse feito ouvir o ronco subterrâneo das classes populares nas poucas vezes em que se abriu alguma brecha entre a base e a cúpula da sociedade, não se generalizaria o sentimento de que é tempo de mudar. Quando se fala de "implosão", entretanto, é para recordar que as contradições que aceleraram as expectativas de mudança tiveram novo alento. A crise do "milagre", isto é, a perda de velocidade de crescimento de setores de ponta da economia, o endividamento externo, a inflação, etc, dificultaram a ação do Estado como parte e árbitro da divisão do bolo. Daí para frente, a começar pela crítica à intervenção estatal na economia, passando pelo debate sobre a desnacionalização, a dependência tecnológica, o papel das empresas multinacionais, etc, rompeu-se o "equilíbrio esplêndido" do Estado – benefactor dos ricos. A polêmica sobre a distribuição da renda sequer abalou de leve a unidade do bloco do poder, mas a divisão do creme entre os já saciados fez tremer os círculos bem pensantes e poderosos.

NÃO HÁ INDEPENDÊNCIA POSSÍVEL COM GOVERNO E POVO SEPARADOS

Seria, entretanto, um novo equívoco pensar que o sistema começou a mover-se como consequência imediata e exclusiva das dificuldades econômicas do país. Estes fatores passaram a ser percebidos como obstáculos dificeis de serem superados dentro do autoritarismo depois que as vitórias oposicionistas tornaram inviável um sistema político baseado no endeusamento da Revolução e na canalização de aspirações quase consensuais através da Arena . É também porque, bem ou mal, algumas das metas propostas pelos governos militares foram sendo atingidas. Entre estas, a vitória político-militar na luta contra a esquerda guerrilheira e o congelamento por anos a fio das reivindicações sociais populares. Paulatinamente as leis de exceção perderam a razão de ser e perderam legitimidade nos setores mais liberais das próprias camadas que apoiavam o regime e tornou-se difícil para o governo justificar a inviabilidade de seu braço político em nome da ameaça da "contestação": hoje já não são apenas as oposições que reivindicam a redemocratização, mas mesmo em círculos governamentais e entre setores sociais que sempre apoiaram a Revolução, das elites, começaram a surgir dissidências. O regime passou a ser visto como autocrático e ponto final, e não como a expressão de uma simples transição para a democracia.

Deste quadro nao deve excluir-se o setor-chave do autoritarismo atual, as Forças Armadas. As mesmas perplexidades que existem nas camadas dirigentes civis e até mesmo certas inquietações que afligem setores das classes subordinadas (sobre a má distribuição da renda, a desnacionalização da economia, a corrupção, a inflação, etc) atingem os militares. Há, por certo, áreas de maior sensibilidade negativa: as que se comprometeram diretamente com a ideologia e a prática anti-subversiva. Mas o sentimento de terem sido vencedores de uma batalha de Pirro não deve estar ausente em setores militares mais afinados com os exercícios de Estado Maior. E principalmente o reconhecimento de que não há política de independência nacional possível com a separação existente entre governo e povo, entre Estado e Nação, deve preocupar a muitos oficiais.

É a partir deste quadro que se deu o início do degelo. Ele não é comparável com outros casos conhecidos na história contemporânea de transformação de regimes autoritários. Em Portugal e Grécia, por exemplo, o fim do autoritarismo esteve marcado pela derrota e desmoralização dos exércitos, respectivamente na guerra colonial e na luta contra os turcos em Chipre. Mesmo no caso da Espanha, algo mais similar ao nosso porque lá tampouco houve uma derrota dos militares, há fatores adicionais que limitam o alcance da comparação: em primeiro lugar o franquismo tornara-se obsoleto na Europa do Mercado Comum e da social democracia; em segundo lugar, – e este elemento diferenciador é muito importante – a pressão social, especialmente operária, foi muito grande nos últimos 10 anos na Espanha, sem comparação com a pressão da base da sociedade brasileira. Mais ainda, no caso espanhol havia e há uma reivindicação regional forte, o que não é nosso caso.

DESGASTES INTERNOS VERSUS ESTRATÉGIA DA DISTENSÃO

No Brasil as Forças Armadas não perderam guerras e ganharam as lutas internas a que se propuseram. Sofrem agora o embaraço político de vitórias que não foram aproveitadas em tempo oportuno para construir uma ordem nacional mais justa, equitativa e estável e que se desgastaram nas mãos dos interesses econômicos e políticos dos grandes beneficiários do autoritarismo. Ainda assim, bem ou mal, as transformações que eventualmente venham a ocorrer estarão largamente controladas pelo estabelecimento militar. Não será, ainda desta vez, por pressão da base que as instituições políticas tomarão nova forma, a não ser, como já disse, indiretamente. Na prática, o alcance das reformas institucionais estará limitado pelo desgaste das cúpulas e pela margem de manobra que os setores liberalizantes das classes dirigentes encontrarem diante de pressões contrárias, civis e militares.

Foi a partir deste contexto e com base nesta conjuntura de desgastes internos que o governo Geisel propôs a estratégia da distensão. Com ziguezagues esta estratégia foi se impondo. Só não vê isto quem pensa que a distensão visava o estabelecimento de uma ordem democrática baseada na existência de um sistema pluripartidário, mas de partidos de massa. Na verdade ela visava no passado, como visa agora, criar as bases para uma "democracia restrita".

Por "democracia restrita" entende-se um sistema de base oligárquica – controlada por pequenos grupos, portanto – assentado em mecanismos de eleições indiretas (para os governos estaduais, para a Presidência e até para o Senado) e em restrições eleitorais, que vão desde a manutenção da Lei Falcão que impede que os partidos tenham acesso aos meios de comunicação de massas, TV e rádio, bloqueando seus esforços de contacto com as bases. É como se utilizássemos hoje em dia o carro de bois em lugar do avião a jato: haverá que fazer a propaganda política de boca em boca. Pior ainda: essas regras valem para a oposição, pois o governo enquanto tal, sempre poderá usar a TV como se não fizesse propaganda para o seu partido. A partir destas restrições, o governo pensa que poderá construir um sistema político viável, quer dizer, que busque a "autenticação", posto que a legitimidade será difícil, em eleições controladas e que disponha de maiorias parlamentares para utilizar, no futuro, os mecanismos de "salvaguardas institucionais" e viabilizar a nova Constituição, dispensando o apoio militar direto para resolver impasses que surjam.

Na etapa de transição o governo lançou a notícia de que o bipartidarismo vai acabar. Deixou com isso, compreensivelmente, setores do MDB e das oposições não partidárias açodados para a construção imediata de novos partidos, dificultando a ação comum da oposição. Os estrategistas oficiais imaginam ainda que a mobilização da máquina burocrática e a reformulação de alianças com as forças tradicionais enraizadas no localismo assegurarão êxito eleitoral, desde que as restrições institucionais sejam efetivas. É este o sentido das escolhas anunciadas para os governos estaduais: volta-se aos mesmos governadores de sempre e, quem sabe, à "política dos governadores" de antanho...

Não deixa de ser um curioso e melancólico desenlace: temendo a "implosão", o núcleo dirigente do Partidão da Ordem Estabelecida, que nasceu com fumaças modernizadoras e moralizadoras, propõe um sistema de oligarquia partidária que faz recordar os idos anteriores à Revolução de 1930, do tempo dos "carcomidos", quando se fazia eleições "a bico de pena", isto é, com atas falsas. Agora, falseia-se a substância política do jogo democrático partidário, pelo controle dos meios de comunicação. E ao invés de mobilização popular, antecipa-se a mobilização das administrações municipais e estaduais para a troca de favores eleitorais.

AS RESPOSTAS DA OPOSIÇÃO DEVEM REIVINDICAR DEMOCRACIA MESMO

Diante do quadro apertado de "democracia restrita" baseado em oligarquias políticas afins com os interesses econômicos também oligopólicos, a resposta das oposições precisa revitalizar-se para exigir democracia **mesmo.** Pluripartidária e de massas, não restrita e oligárquica. Democracia para que as bases da sociedade, organizadas e reflexivas, reivindiquem trabalho, salário, saúde, controle das decisões, etc.

Como, entretanto, em política as opções não caem dos céus nem da vontade dos perdedores, não se poderá simplesmente dar as costas à montagem que está sendo feita para, encastelados no mundo doutrinário de nossos sonhos, apenas denunciar que pelo mal cheiro da decomposição do modelo político que se aproxima é fatal. O primeiro passo para a denúncia concreta da "democracia restrita" é dar uma resposta imediata às oligarquias que se estão constituindo através de uma estratégia para a luta política do ano que vem. É preciso unificar, sem desfazer as diferenças, as oposições democráticas para que elas possam despejar um dilúvio de votos que signifiquem um "basta". Há que votar no MDB, nas legendas ou sub-legendas da oposição, ainda quando todos saibamos que os caminhos do amanhã serão trilhados por outras formações partidárias. Convém não esquecer que se não tivesse ocorrido novembro de 1974, provavelmente ao invés de estarmos agora clamando contra a "democracia restrita" estaríamos esperneando – se é que é possível – contra o "autoritarismo esclarecido" que unificaria no Partidão Quase Único do governo as vivandeiras que hoje choram a perda de velocidade do "milagre".

Mas para obter a unidade na diversidade será preciso que o MDB seja capaz de levantar com força os temas do presente e volte a ganhar na massa o significado de um ariete válido na luta pela democracia. E isso é matéria para outro artigo.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Desempenho da Economia em 77

MODELO NÃO LEVA JEITO DE MUDANÇA, BOLAS

Política Econômica

Uma colaboração contra o vocabulário árido do "economês", por meio de duas formulações muito pouco ortodoxas: a relação de sangria **e o** coeficiente de agonia, **que se colocam dentro das análises que se seguem. Elas não pretendem, nem de longe, esgotar a interpretação do desempenho da economia brasileira em 1977, mas já abrem uma pista mais do que razoável, antecipando outras análises que com certeza virão, após computados todos os dados. De conclusivo apenas a certeza de que o modelo não dá mostras de transformação, principalmente quando se entende por mudança de modelo a expansão econômica a serviço das classes trabalhadoras**

rumo ao fundo do poço

Chico de Oliveira

Dois lados de uma mesma moeda: insolvências, falências, concordatas, incorporações, compra de ações, a cara. Juros, juros mais altos, lucros altos, bancos se lançando à corrida da compra de ações, incorporações, a coroa. A produção industrial atingiu, até setembro, 3,9%, de acordo com a revista **Exame**, e deverá ser esta a taxa do seu crescimento anual. As vendas de automóveis, até outubro deste ano, acusaram uma queda de 8,2%. Os pátios e os revendedores, ambos estão cheios de veículos. Os preços livres!

O desemprego continua rondando a indústria automobilística. Mas, porque era época de reajuste com a "salutar rotatividade da mão-de-obra", no dizer de um empresário - como se essa rotatividade não fosse uma medida do exército de desempregados e do jogo de rebaixamente da folha de salário às vésperas do dissídio coletivo –, o desemprego se esfumou, tornou-se invisível. Além do mais, a queda das "simonetas", determinada em boa parcela pelas ameaças de desemprego em massa, determinou também que as indústrias "enrustissem" os dados do desemprego: o valor da troca!

Em todo caso, não se pode dizer nem de longe que as coisas vão bem para a força do trabalho. O nível de emprego, em termos gerais, cresceu de janeiro a agosto 0,43%. Em outras palavras, manteve-se constante em relação ao mesmo período de 76. Mas a força de trabalho aumentou! Se considerarmos o incremento da força de trabalho pelo ingresso de novas gerações de trabalhadores, acabaríamos concluindo que, mesmo não tendo havido grande número de dispensas (desconfiamos, porque no inferno só não se desconfia das más intenções), as classes trabalhadoras participaram ativamente na socialização da desaceleração.

O ramo da indústria metalúrgica, como um todo, teve apenas no primeiro semestre deste ano 133 falências (contra 62 no primeiro semestre do ano passado); o da indústria mecânica teve 46 falências (contra 18). Esse ramo cresceu, de janeiro a setembro, 6,1%, o que permite afirmar que nele ocorreu razoável concentração de capital.

A indústria como um todo apresentou um aumento de 36,3% no número de falências (375 no primeiro semestre de 76 contra 511 no primeiro semestre de 77). O setor de serviços pulou de 173 para 226 (mais 30,6%); o setor de comércio, de 554 para 691 (mais 24,7%).

Uma das facetas da "bancarrota" das pequenas e médias empresas são as condições que lhes impõem os empréstimos bancários. Não só o custo do dinheiro se elevou com a desaceleração – situnado-se hoje em torno de 4,5% ao mês –, como se lhes impôs uma série de condições, das quais destaca-se, por exemplo, a retenção de até 60% do empréstimo como exigência de saldo médico, afora as exigências de reciprocidade, como a abertura de seguros, por exemplo.

Para as empresas de pequeno e médio porte, que não dispõem de seus próprios bancos, ou com bancos com os quais possam agir em comum, os juros, as condições de reciprocidade, a retenção de parcelas ponderáveis dos empréstimos tem significado o garrote, e vil.

Como a crise – e não paradoxalmente – requer das empresas força ou expansão capaz de assegurá-las, essas empresas pequenas e médias, impossibilitadas de recorrer ao crédito ou mesmo devido ao próprio endividamento, são levadas ao moinho da falência, que é, direta ou indiretamente, o trigo, o grão em grão de que enche o papo a concentração e centralização do capital.

É dessa crise que surge a "vaca gorda" dos bancos. Nesse primeiro semestre, o lucro dos maiores dezenove bancos (sem contar do Banco do Brasil) somou Cr$ 4,7 bilhões. Comparando-se com os índices dos lucros reais das empresas não financeiras, vê-se que os cinqüenta maiores bancos vêm ganhando muito mais que as outras empresas: sua participação no total dos lucros obtidos cresceu, enquanto que em média os lucros das cinqüenta maiores empresas estatais, das cinqüenta maiores estrangeiras e cinqüenta maiores nacionais manteve-se constante.

O ano de 77 não foi diferente. São os bancos os grandes beneficiários da crise. Essa constatação é útil para se entender de um lado o processo de fusões, compras, etc., entre o capital bancário e o capital industrial, e por outro as falências e concordatas.

Vale recordar o magro resultado que obtiveram as investidas governamentais quanto à taxa de juros – que fizeram lembrar a condenação medieval da usura –, por ocasião do Congresso de Bancos: a sua em 0,1% ao mês. De acordo com empresários, um gesto simbólico, uma medida mais diplomática do que objetiva".

Com as devidas ressalvas, os indicadores mais expressivos do desempenho da economia sugerem que no ano de 1977 esta-se caminhando para o fundo do poço, nesta fase de baixa de ciclo. As previsões mais realistas sugerem uma taxa de crescimento global em torno de 4% em relação ao ano anterior, enquanto alguns otimistas – ministros da área econômica, quase sempre – apostam num crescimento de cerca de 6%. A composição desse crescimento indica uma forte desaceleração do setor industrial que, segundo o IBGE, situar-se-ia por volta dos 2,3%, contrabalançada pelo crescimento do setor agrícola, que poderia alcançar os 8,2%.

Para uma economia que já repousa na indústria seu setor mais importante na divisão social do trabalho, um crescimento dessa ordem chega a ser alarmante, principalmente quando se tem em conta o contínuo crescimento da força de trabalho. A esse respeito, vale indicar que as estimativas da Fiesp assinalam um decréscimo do emprego industrial em São Paulo, entre outubro de 76 e outubro de 77, da ordem de 0,6.

Essa desaceleração, que se não é crise, então já seria bom promover radicais mudanças nos dicionários – o velho Aurélio ou elimina a palavra crise ou consegue definí-la de outro modo –, encontra outra confirmação nos dados disponíveis sobre insolvências das empresas que, em relação a 76, cresceu 36,3% para o total da indústria, 30,6% para o setor Serviços, e 24,7% para o comércio. Porcentagens mais alarmantes podem ser encontradas nas insolvências de empresas industriais nos ramos metalúrgico e mecânico.

A inflação, bem, como anda esta corruptora senhora? O ministro Simonsen, em recentes declarações, aventurou-se a prognosticá-la em torno de 40%, enquanto as estimativas da FGV, no que respeita ao índice de custo de vida para o Rio de Janeiro, acusavam uma porcentagem (nos nove primeiros meses em relação ao mesmo período de 76) na casa dos 44%. É bem verdade que o ministro não especificou a que indicador se referia, mas, para quem vive de salário, o índice de custo de vida é que reflete melhor como se aperta ou desaperta o cinturão do freguês.

E as outras instituições que cuidam da elaboração de índices do custo de vida confirmam, em geral, a variação da FGV em relação ao ano anterior: o Dieese, que elabora os índices de custo de vida para a classe trabalhadora de São Paulo, apresenta um índice de custo de vida entre julho 76/julho 77 de 42,3%, enquanto o IPE, da USP, que faz o mesmo índice para a cidade de São Paulo, anuncia 42,9%. Como se vê, fontes diferentes convergem razoavelmente para indicar uma mesma ordem de magnitude no crescimento dos preços que afetam a bolsa do consumidor.

Enquanto isso, e os salários? O Ministério do Trabalho calculou, mês a mês, coeficientes de reajuste que, para os primeiros nove meses do ano, alcançavam a porcentagem global de 40,2%. Isto é, parece que a senhora inflação, corruptora, continua a ser uma verdadeira madrasta para os trabalhadores, para aqueles que vivem de salário, e mais especialmente para aqueles cujos salários são negociados em dissídios coletivos.

Pode-se responder, portanto, com razoável grau de certeza, que na desaceleração – ou na crise, se formos mais precisos, embora isso desgoste – os salários continuam a perder poder aquisitivo. O que nos levaria a poder afirmar que, do ponto de vista da distribuição da renda, a crise é ainda pior para os trabalhadores ou, dito de outra forma, a crise não está indicando nenhuma mudança da política salarial e, portanto, até onde se pode avançar, não está à vista nenhuma modificação no que se chamou o "modelo" de crescimento da economia brasileira: continua sendo concentracionista e excludente.

As relações externas da economia nacional constituem outro ângulo privilegiado para observar a crise, entendê-la. Há estimativas muito próximas do que pode vir a ser o desempenho do setor no ano todo, que indicam um ligeiro saldo favorável entre exportações e importações. Até outubro, esse saldo girava em torno de 182 milhões de dólares, o que poderia fazer respirar aliviados alguns energúmenos. Mas, já no primeiro semestre o saldo negativo nas chamadas "transações correntes", que em português normal quer dizer o balanço de exportações menos importações mais recebimento de serviços (transportes, seguros, rendas de capitais brasileiros no Exterior) menos pagamento de serviços (os mesmos ítens), chegava à cifra nada desprezível de 1,767 bilhão de dólares.

*O nada alarmista Banco Mundial previa que as "transações correntes" do balanço de pagamentos brasileiro chegariam, ao final de 1977, com um saldo negativo de 4,6 bilhões de dólares. Diga-se de passagem que mesmo o modesto saldo positivo entre exportações e importações somente será possivel mediante uma drástica contenção das importações, e o resultado das exportações é menos expressivo do que parece, se se elevar em conta a inflação americana, o que significa que as nossas exportações valem menos **realmente** do que os números nominais expressam.*

*Como sair dessa? Como "enxugar" semelhante resultado negativo? Recorrendo-se ao endividamento externo, remédio usado e abusado pelo Brasil já há tantos anos. Aqui no comportamento das contas externas da economia, encontra-se algo da resposta que o leitor espera: se um dos ministros da área econômica falou que prefere-se uma taxa de crescimento **menor** que aquela potencialmente alcançável pela economia nacional, essa preferência baseia-se em que uma taxa de crescimento mais alta agravaria os já nada desprezíveis problemas de balanço de pagamentos e da inflação.*

*A esse respeito, vale indagar como vai nossa dívida externa, essa doença hemofílica que dessangra a economia nacional. Bem até o primeiro semestre, a dívida bruta já alcançava a cifra de 28,6 bilhões de dólares; as previsões oficiais indicavam a esperança de fechar o ano devendo uns 30 bilhões de dólares. Parece-nos otimista essa esperança - uma redundância, por certo, pois toda esperança é otimista. Vale a pena indagar como e porque cresce a dívida externa. Do jeito que as coisas andam, está-se tomando dinheiro emprestado para pagar empréstimos já contraídos, o que na prática cotidiana não é recomendável para as pessoas; mas, e esse **mas** é importante, uma economia não é igual à nossa pobre conta de rendas e gastos mensais.*

*Há outros poderosos interesses em jogo. Com um saldo negativo nas "transações correntes" do porte já apontado, não há remédio: toma-se emprestado para pagar empréstimos. O chamado **serviço da dívida,** que quer dizer a soma dos pagamentos de juros de empréstimos e de amortizações dos próprios empréstimos poderá ser – segundo previsões do próprio ministro da Fazenda – algo como 5,4 bilhões de dólares; já no primeiro semestre (o Banco Central não mei deixa mentir) ele foi de 2,7 bilhões de dólares. Vale dizer, o serviço da dívida corresponde, **grosso modo,** à metade do valor das exportações nacionais.*

*Vale a pena brincar com algumas relações derivadas do exame desses dados. Uai, não tem gente brincando? Assim, **Amanhã** sugere que se incorpore aos indicadores mediante os quais se avalia o desempenho da economia nacional, alguns de sua própria lavra. O primeiro deles chamaremos de **relação de sangria.** A sangria expressa o excedente que é filtrado para o Exterior, quanto do trabalho anual dos brasileiros vai parar em bolsas – bolsas mesmo? – externas: os juros e amortizações da própria dívida mais as remessas de lucros das empresas estrangeiras que desenvolvem atividades em nosso território (vale lembrar que esse ítem é muito subestimado, devido aos truques usados para disfarçar remessas de lucros).*

A "relação de sangria" indica o peso da "sangria" sobre o Produto Interno (do economês para a língua de Machado: a quantidade de trabalho traduzida em mercadorias e serviços que os brasileiros produzem). Não se dispondo de dados sobre o Produto Interno, já que a "excelsa" Fundação Getúlio Vargas somente dispõe desses dados até o ano de 1973, construiu-se a relação sobre as taxas de crescimento do Produto e da sangria, tudo de acordo com as previsões e estimativas correntes na praça.

Em 1976 a relação de sangria era de 3,76, enquanto que em 1977 ela saltou para 4,33. Isto é, sem mitificar os números, quer-se dizer que do Produto Interno destina-se para o Exterior uma fração maior. Ou, em outras palavras, o Produto Interno tem menor capacidade de fazer face a essa sangria. Numa etapa em que se desacelera o crescimento do mesmo Produto, e a sangria cresce a taxas mais altas que aquele, o resultado não é ininteligível: temos que, mesmo produzindo menos, continuar pagando ou transferindo para o Exterior uma fração crescente do nosso trabalho. Isto é façanha do "milagre" que, mesmo depois de passado, continua a cobrar seus direitos.

*Uma outra relação – sugestão do **Amanhã** - pode, também ser incorporada à análise da economia nacional e suas "relações externas", como se diz em linguagem eufemística, ou com o capitalismo internacional, como se deve dizer mais rigorosamente. É o chamado **coeficiente de agonia**. Este coeficiente relaciona o crescimento do Produto Interno com o crescimento da Dívida Externa, e pode expressar a capacidade de pagamento da dívida pelo Produto Interno. Entre 76 e 77, segundo as previsões da praça, o coeficiente de agonia saltou de 2,7 para 4, compreensível quando se sabe que as previsões de crescimento do Produto apontam para uns michos 4%, enquanto a dívida externa cresceu uns 15,5%.*

*Em poucas palavras, as relações externas da economia brasileira **não funcionam** como se faz com os pacientes em agonia: ao invés de injetar-lhe sangue, **na crise** o capitalismo internacional **retira sangue.** O coeficiente de agonia aumenta: cuidado com o paciente...*

*Uma outra relação interessante, que infelizmente **Amanhã** nem pôde estimar brincando, ou brincar de estimar, poderia ser a chamada **"relação de potência"** ou de **"impotência"** (Freud explica?), que mediria a relação entre a sangria e a formação de capital internamente. Mas, para a formação de capital não se dispõe sequer das estimativas e previsões que andam pelos jornais e pela boca dos ministros. Com ela se poderia estimar em quanto a sangria obstaculiza a própria acumulação de capital no interior da economia nacional. E, seguramente, poderíamos chegar a não muito agradáveis surpresas... como a de que a própria acumulação ou reprodução do capital das empresas internacionais pode configurar-se numa crise de superacumulação de lucros que, desequilibrando o Balanço de Pagamentos, ameaça a própria acumulação interna. É a estória do cachorro que morde o próprio rabo...*

*Todo esse arrazoado poderia parecer terrivelmente ingênuo. Pode-se esperar que os banqueiros internacionais se compadeçam de uma economia em crise? Certamente, não. É o próprio estilo de crescimento da economia nacional, sua forte interpenetração pelo capital estrangeiro, a dependência das próprias empresas do Estado e das empresas privadas nacionais, quem tece essa estranha trama. Em suma, é a **internacionalização** da economia nacional que, de resto, na etapa do capitalismo monopolista, é absolutamente irreversível... enquanto continuarmos enredados nisto que se chama capitalismo.*

Pode-se esperar que, na crise, os salários melhorem, quando no "milagre" eles pioraram? Não, certamente não. Os mais afeitos a entenderem isto que se chama capitalismo sabem que o "arrocho" é um componente do "milagre" e que na crise o capital não dá "colher de chá" ao trabalho. Enquanto não houver classe trabalhadora organizada...

Pode-se esperar mudança do "modelo" de crescimento? Passar-se, por exemplo, da produção de bens de consumo que, sob muitos aspectos, constituem um insulto frente às condições de vida da grande maioria dos trabalhadores brasileiros? Não, não há sinais de mudança do "modelo", mesmo porque para tanto é necessário que forças sociais se empenhem para a mudança. Se se entende por mudança de "modelo" mudar os carros-chefes da expansão da economia, isto pode ocorrer, mesmo porque em cada ciclo da acumulação são determinados setores ou ramos que lideram a expansão. Mas, se se entende por mudança de "modelo" que agora venham a ser beneficiadas com a expansão econômica as classes trabalhadoras em especial e em geral a grande maioria do povo, então isto não está à vista, seja pelas indicações da própria crise, seja pelos projetos das classes dominantes.

*Este outro tipo de mudança somente se conseguirá se houver, de parte dos trabalhdores e de seus aliados, **exigência e força política** para forçar a mudança. Como já disse alguém, a expansão do capitalismo, criando a riqueza material, cria as premissas para a melhoria das condições de vida do povo, mas essa melhoria somente se efetivará quando o próprio povo e especialmente os trabalhadores, assumirem como **seu** esse objetivo. A crise abre as brechas, amplia o espaço político: resta saber jogar como Tostão, aproveitando e ampliando esse espaço.*

Quanto a produção de insumos básicos, que constituem um ponto crítico da pauta de importações, pelo montante que significa em termos de valor as compras no Exterior, a conjuntura de 77, apesar de ter assinalado com a constância de um círculo vicioso o problema do financiamento da produção, aponta certas tendências importantes. Se bem que seja verdade que a produção interna de fertilizantes ainda não ultrapassou o umbral da instalação das fábricas, também é verdade que a produção siderúrgica alcançou, de janeiro a setembro, segundo o IBGE, um crescimento de 10,4%, enquanto que os produtos químicos acusaram crescimento de 7,2%, e a produção de minerais não metálicos de 9,7%.

Esses números delineiam uma tendência de substituir importações a partir dos insumos básicos, que constituem metade do valor total das importações de janeiro a setembro deste ano. Outros setores que apresentaram alto crescimento foram, em geral, os da indústria de bens de consumo não durável.

O crescimento da produção industrial desses setores não se deveu a nenhuma redistribuição salarial. Longe disso. O ano de 77 não se constituiu em exceção do ponto de vista da sistemática dos reajustes salariais abaixo do índice do custo de vida. Os fatores do reajustamento, decretados mês a mês pelo governo, perfizeram, em média, de janeiro a agosto, 40%, enquanto o índice de custo de vida da FGV acusou incremento de 44% no mesmo período em relação aos primeiros oito meses de 76.

Assim, os trabalhadores continuam perdendo, como nas épocas anteriores, quando o falseamento puro e simples dos dados, por parte do governo (lembram-se de 73?) tentava travestir a fome com a fantasia de frutas tropicais.

Além de perderem ano a ano para a inflação, nota-se um aumento da proporção das pessoas ocupadas recebendo menos de um salário mínimo. O que, aliás, deve-se, em parte, ao ingresso de mulheres e crianças na força de trabalho. No ano passado, de quatro categorias de trabalhadores analisadas pelo Dieese, apenas os metalúrgicos tiveram diminuída a proporção de pessoas ocupadas recebendo um salário mínimo. Essa proporção caiu de 7,7% em 1971 para 6,6% em 1976, enquanto que no caso dos trabalhadores têxteis ela subiu de 14,2% para 17,7%, no dos enfermeiros de 7,4% para 21% e, no dos jornalistas, de 1,4% para 2,3%.

Em termos gerais, isto é, agrupando-se os resultados de todas as categorias de trabalhadores de São Paulo, o resultado é o aumento da proporção de pessoal ocupado ganhando menos de um salário mínimo: 8% de 1970 para 13,8% em 1975.

Isso tudo para evitar – até a última tentação – discutir a intrincada teia de debates e fórmulas de cálculo de reajuste, onde as manipulações vão desde a manutenção de taxas de produtividade constantes ao longo dos anos, até a desconsideração, no mês do reajuste, da inflação havida nesse mesmo mês, passando pela fixação de um resíduo inflacionário (fator de reajuste destinado a enfrentar a inflação do período seguinte) palpavelmente inferior às expectativas mais realistas.

Assim, o cálculo efetuado pelo Dieese a partir da fórmula do próprio governo, estimou em 46% o fator de reajuste em abril daquele ano para os metalúrgicos do ABC e Interior.

Levando em consideração o seu próprio índice de custo de vida, o Dieese calculou o fator de reajuste de abril de 76 em 54%. E, considerando um resíduo inflacionário mais realista que os 15% fixados em 74 e mantido sem nenhuma correção, o Dieese chegou a um fator de reajustamento de 61%!

Dessa forma a política salarial do governo continua a praticar sobre a classe trabalhadora a política do poço sem fundo, veio interminável de excedentes.

Talvez seja porque a economia esteja no fim do poço e não tenha condições de redistribuir. Ou melhor ainda: a redistribuição não se coloca como problema da economia. E isto porque o modelo anterior, baseado nas indústrias de bens duráveis e dependente das importações de bens de capital, pôs a questão no plano de uma relação burocrática entre os departamentos de bens de consumo durável e os de bens de capital e, portanto, numa dinâmica de requerimento entre os departamentos do que propriamente no plano do consumo dos trabalhadores.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Desempenho da Eco em...

Balanço de Pagamentos

Exportações aumentaram, a dívida também

Com a dívida externa chegando aos 30 bilhões de dólares, fica arriscado investir no Brasil, na forma de empréstimo. O banqueiro internacional sabe disso

Pora analisar o comportamento das relações econômicos com o Exterior, isto é, a quantas anda o nosso comércio com os outros países, é preciso verificor como se comportou o Balanço de Pagamentos. Essa é uma conta que nos mostra a quantidade de divisas que recebemos vendendo e a quontidade de divisas que gastamos comprando bens e serviços no Exterior.

Além disso, estão também computadas as divisos que entram e que saem como empréstimos e como investimentos. O bolanço de pagamentos é composto de inúmeros ítens que esclarecem de onde vêm e para onde vão essas divisos que circulam no país. Paro facilitar, vamos considerar apenas entre esses ítens aqueles que são mais importantes e indispensáveis à análise.

O bolanço comercial é a diferença entre as nossas exportoções e importações de bens. Camporando os resultados, vemos que o seu déficit (quando as importações superam as exportações) tendem a diminu ir nos últimos anos, chegando a um pequeno superavit em outubro de 77. Por que aconteceu isto?

Do lado das importações o esforço para contê-las foi grande. A política de recessão (diminuição do crescimento da economia) adotada pelo governo teve, entre outras finalidades, a de exatamente diminuir as importações. O governo baixou os seus gastos contratando menos obras, mantendo à rédea curta os reajustamentos salariais, etc., e diminuiu a disponibilidade de créditos, o que dificulta e encarece o consumo e os investimentos.

Isso provocou a queda das investimentos em alguns setores, como a indústria automobilística, de construção civil, comércio, etc., e os empresários vivem protestando. E, por outro lado, provocou, se não o desemprego imediato, umo irrisória absorção de mão-de-obra nesses setores, agravando as condições de vida dos trabalhadores, que se aproximaram dos seus sindicatos, principalmente na luta, recente pela reposição salarial.

De todo esse esforço deveria se esperar uma queda nas nossas importações. Mas isso aconteceu? Não. As importoções se mantiveram praticomente no mesmo nível do ano anterior, pondo a nu a desproporção entre o esforço em controlá-las e o resultado obtido. Isso revela a extrema dificuldade pora controlar as importações num país como o nosso, que cresce aumentando a produção industrial sem ter uma indústria de base desenvolvida e que lhe forneça as matérias primas semi-manufaturadas e as máquinas de que necessita. Fica, então, dependente das importações.

Tendo se mantido as importações quase no mesmo nível do ano anterior, a melhoria no balanço comercial se deve, praticamente, às exportações. Avaliadas em dólares, o seu crescimento, em 76, foi de 16,1%. Para 77, considerando as estimativas do ministro Simonsen, o crescimento deverá ser de 25,7%. Esta estimotiva está baseada no comportamento do primeiro semestre deste ano, que cresceu 40,9% em relação ao mesmo período do ano anterior. Como as receitas com a soja e o minério de ferro declinaram entre julho e setembro, e os preços do café também, a estimativa dificilmente será atingida.

Esses resultados com as exportações, no entanto, precisam ser cuidadosamente analisados. Em primeiro lugar, como o dólar não tem mais a estabilidade de outrora, é preciso corrigir essas taxas de crescimento das exportaçoes, eliminando os efeitos do inflação americana. Feito isso, na realidade essos taxos são menores do que aporentam ser. Em segundo lugar, é preciso considerar que os bons resultados com as exportações nos últimos anos decorreram de fatores circunstanciais.

Assim, a elevação violenta dos preços do café — o segundo produto em importância na nossa pauta de exportações — teve um grande efeito sobre a receita, aumentando 75% até setembro de 1977. A soja, que em poucos onos se tornou a nosso primeiro produto de exportação, teve a sua receita, até a mesma épaca, diminuída em 6,9%, o mesmo ocorrendo com o minério de ferro, em função da conjuntura desfavarável do aço no mercado internacional.

Os semi-manufaturados e os manufaturados tiveram oumentos bem mais madestos, além de terem um peso muito mais reduzido na pauta. Portanto, o "bom" comportamento deste ano, além de muito relativa, não é indicação de que os próximos anos serão melhores. Basta uma queda nos preços da café ou do soja para termos problemas graves no balanço comercial..

O balanço de serviços é um ítem semelhante ao comercial, considerando apenas os serviços que utilizamos ou prestamos em relação ao Exterior. Estão aí incluídos os transportes, os dividendos e lucros do capital, etc. Mais uma vez esta conta nos mostra o nível da nossa dependência. A despeito dos esforços para frear a economia, o saldo negativo do balanço de serviços cresceu 22% em 76, e declinou apenas ligeiramente no primeiro semestre deste ano, em relação ao mesmo periodo do ano anterior.

O balanço de capitais é outra sub-conta do balonço de pagamentos que contabiliza as entradas e saídas de capitais para investimento e empréstimo, na forma de divisas. O saldo dessa conta se positivo, indica que as entradas são maiores que as saídas, servindo para financiar os déficits dos balonços comercial e de serviços. O que se observa é uma queda substancial, superior a 55%, na entrada de copitais no primeiro semestre deste ano, em comparação com o anterior. Duas coisas devem estor ocorrendo: primeiro, com a dívida externa ao redor dos 30 bilhões de dólares, torna-se cada vez mais arriscado emprestar ao Brasil. Os banqueiros internacionais devem estar cobrando juros cada vez mais elevados e exigindo garantias cada vez maiores dos tomadores de crédito brasileiros.

Além disso, com a economia em recessão, os investidores internacionais devem estor em dúvidas quanto às suas aplicações no Brasil. Por outro lado, cônscio do elevado nível da dívida, o governo se vê forçado a rever suas metas de crescimento, não contraindo empréstimos acima dos estritas possibilidades.

Avaliadas em conjunto estas que são as principais contas do balanço de pagomentos, conclui-se que as maiores alterações até o primeiro semestre deste ano ocorreram no item exportações e balanço de capitais. As exportações se elevaram e a entrada de capitais baixou. Se amanhã as receitas das exportações cairem, o que não é improvável (há pessimismo generalizado quanto ao comportamento da economia internacional em 78), novos empréstimos serão contraídos, agravando ainda mais a crítica situação da dívida externa.

Dívida Externa

Preocupante ou suportável, é o trabalhador quem paga

Evolução assustadora é a da dívida externa brasileira nos últimos oito anos: 58,1%, sem que aí estejam computados os juros mais as amortizações do capital emprestado

Antes de ser um simples resultado de transações internacionais, a divida externa brasileira, é algo que se pode chamar de condicionadora de todas as decisões políticas e econômicas. A dívida chega a atingir este patamar não por ser somente um débito para com o Exterior, mas sim pela sua magnitude. E no momento em que os credores dizem ser "suportável", os números revelam ser preocupante, até mesmo insuportável, pelo menos para o povo que é, no final do episódio, o verdadeiro pagador.

Buscando nos dados oficiais a evolução da nossa dívida externa e a sua composição, vê-se que a evolução è assustadora: entre 1969 e 1977 nossa dívida cresceu 58,1%, e o ítem que revela um crescimento maior é o de empréstimos, que cresceu 11,7% no período 73/76, quando a nossa dívida mais que dobrou. Estes dados são a dívida total, não estando, assim, somados os juros e outras despesas, pois é no momento do parcelamento dessa dívida que se calculam os juros a serem pagos, mais a amortização do capital, compondo assim o Serviço da Dívida que, segundo o ministro Simonsen, estará por volta de 6 bilhões de dólares somente neste ano.

Para um país que no máximo conseguirá um equilíbrio no balanço comercial como pagar o serviço da dívida em 1977? Recorre-se ao Exterior, efetuando-se novos empréstimos e aumentando ainda mais o total da dívida? Usa-se a nossa reserva que, segundo o mesmo ministro, está por volta de 7 bilhões de dóalres, dilapidando assim nossa garantia (segurança) internacional?

Muito mais o primeiro caso que o segundo. Para conhecermos a nossa capacidade de saldar este débito, contruiu-se dois indicadores diferentes dos usados oficialmente. O primeiro é a relação de sangria, construído a partir da taxa de crescimento da sangria (serviço da dívida mais remessas de lucros e dividendos) dividida pela taxa de crescimento do Produto Interno, o ex-famoso PIB, que passou de 8,4% no ano passado para presumíveis 3,9% em 1977.

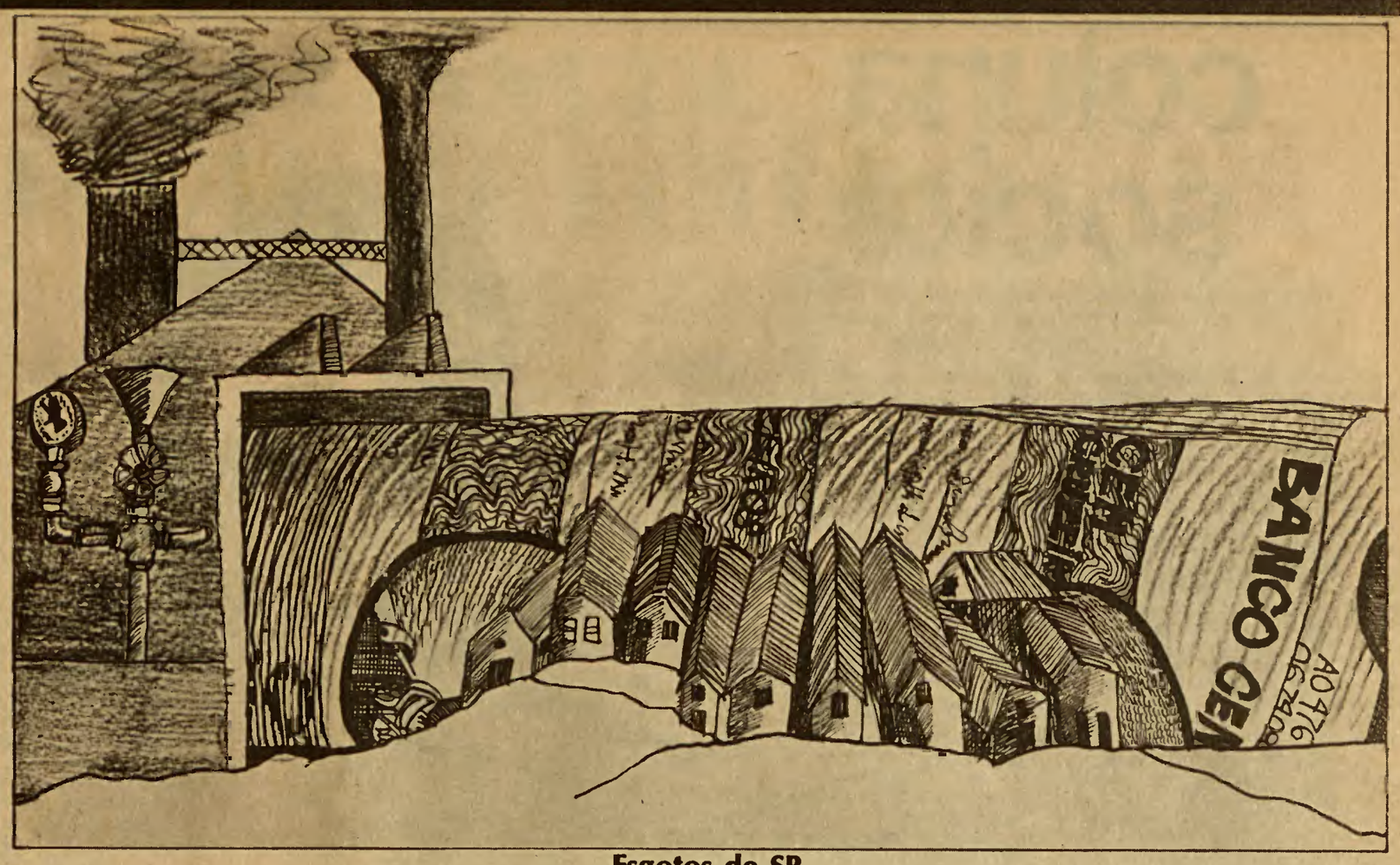
Essa relação de sangria, que era 3,762 em 1976 e que passou para 4,333 neste ano, revela o quanto cresceu a parcela da nossa produção "empenhada" como garantia ao Exterior somente para pagar o nosso débido em 1977.

Para o outro indicador usamos as mesmas previsões para 1977 (PIB de 3,9% é dívida de 30 bilhões de dólares), e relacionamentos a taxa de crescimento anual da dívida com a taxa de crescimento do Produto. Chegamos a um indicador que, pela sua dinâmica, foi denominado de coeficiente de agonia, o que em conjuntura anterior — mas não muito distante — era de êxtase.

Esse coeficiente passou de 2,7 no ano passado para 4 neste ano, o que nos indica, numa situação hipotética de "fechamento para balanço" do país, o quanto aumentou a "hipoteca" de nosso Produto.

Ora, como se vê, é praticamente impossível, numa economia como a nossa, aumentar a produção sem incrementar as importações, dada a sua dependência financeira e tecnológica. Uma coisa induz a outra: ao dificultar (ou encarecer) as importações, o governo provoca uma desaceleração. Vê-se, pois, que o balanço de pagamentos como um todo é o "nó górdio" da conjuntura atual e futura.

A questão colocada por muitos é saber quem vai pagá-la. Na verdade, essa questão não existe, pois sabe-se antecipadamente, que é o povo, a classe trabalhadora, quem arcará com esse peso, como sempre o fez. A dívida externa nada mais é que o "filho" de uma relação incestuosa entre o capital nacional e o internacional, e deixou de ser importante saber quem é o pai, ou se é homem ou mulher: trata-se de saber como romper com este filho ingrato.



Esgotos de SP

solução integrada contra "merdô"

Não é apenas um duelo ao nível da técnica, este da destinação final dos esgotos da Grande São Paulo: como em todos os projetos grandiosos, o volume de dinheiro envolvido é tentador, e a questão Solução Integrada versus Sanegran já ganhou CPI na Assembléia e uma ação judicial contra o governador e alguns auxiliares. Em tempo: a população, maior interessada na questão, está por fora e de fora

Sanegran. A sigla nem é conhecida da maior parte da população, mas o Plano Diretor de Esgotos da Grande São Paulo vai provocar tantas repercussões na vida da cidade que a discussão sobre sua validade, seu preço e suas consequências vem movimentando os técnicos e políticos de municípios tão distantes quanto Osasco e Diadema, por exemplo, e ameaça agora se expandir para a Baixada Santista.

A explicação desse fenômeno é relativamente complicada. O Sanegran é um projeto que pretende estabelecer um sistema de tratamento de esgotos na Grande São Paulo a um custo que as últimas estimativas diziam estar por volta dos Cr$ 60 bilhões. Em termos técnicos, ele nada tem de revolucionário e inovador: pretende simplesmente aplicar os métodos convencionais de tratamento numa escola até hoje raramente atingida e numa cidade que ainda nem engatinha nesse campo da tecnologia.

De qualquer modo, se fosse a primeira inicaitiva na área do saneamento ambiental, não teria tido grandes problemas. Seria mais um desses mirabolantes projetos que jamais são concluídos e que terminam custando três, quatro, cinco vezes mais que o calculado inicialmente, mas tudo bem, como diz a moçada. Acontece que ele chegou tarde demais. Antes do governo Paulo Egídio por em prática suas metas ambiciosas – desenvolvimento com participação era sigla original, que ninguém recorda hoje – já havia um projeto pronto para ser posto em prática. Elaborado por técnicos nacionais, todos eles funcionários do governo e sem o concurso das consultorias de grandes empresas, tão em moda nos últimos anos, o projeto da Solução Integrada havia conseguido até mesmo o seu primeiro edital de concorrência.

Em relação às propostas anteriores, ele representava uma modificação fundamental. Por trás de explicações técnicas complicadas e de uma certa dose de açúcar para "dourar a pílula", o projeto adotava uma alternativa que desembocava na salvação da represa Billings e no fim da usina Henry Borden, de Cubatão. Em termos claros ao invés de, como hoje, se apanhar a água do Tietê (cuja vantagem histórica é correr rumo ao Interior, ao contrário da maioria a dos rios brasileiros) e jogá-la rapidamente no mar, para mover as turbinas da Light, propunha-se o aproveitamento de seu potencial hídrico ao longo do Estado de São Paulo, Paraná, chegando à bacia do Prata.

Colocando a maior parte dos esgotos da cidade num grande tubulão sob a serra da Cantareira, a Solução Integrada fazia com que eles fossem tratados naturalmente, numa lagoa de estabilização, ao longo do vale do Juqueri, uma área hoje usada como reserva florestal, com declives fortes, quase desabitada. E o esgoto tratado, sem consumir um centavo de energia, seria lançado além da barragem Edgard de Souza, muitos metros abaixo do nível da Billings (e do Pinheiros também), tornando anti-econômica a operação retorno e assegurando assim, na prática, a melhoria da qualidade da água da represa.

Pois bem. No governo Paulo Egídio, determinou-se a **revisão** desse projeto (é bom lembrar que o túnel começava a ser construido, então). E depois de oito meses de estudo à mineira, a Hidroservice entregou o resultado de seus estudos. A Solução Integrada foi posta de lado em favor do projeto Sanegran. Que substituia o tratamento natural, em lagoas, por um tratamento artificial, em uma gigantesca estação secundária, a ser erguida em Barueri, dentro da área urbana, a algumas centenas de metros de uma concentração habitacional operária.

Já na concepção do plano, a mudança era total. Tratamento secundário, tecnologia sofisticada, equipamentos importados, concentração de capital, projeto tradicional contra economia de energia, solução compatível com o subdesenvolvimento, investimento parcelado, tratamento biológico, pouquíssimos equipamentos. Mas o pior era a opção: jogando o esgoto tratado acima da barragem Edgard de Souza, ao mesmo nível da Billings, o Sanegran compromete qualquer possibilidade de salvação do manancial como um todo. Tudo o que se disser fora disso, é conversa.

Só um louco pode pensar em construir o Sanegran para depois enviar os efluentes tratados Tietê abaixo. Seria o mesmo que construir um prédio que desce e sobe, ao invés de colocar um elevador no edifício. Difícil é entender a razão dessa loucura. Há quem diga que o objetivo seja evitar o natural comportamento do vale do Juqueri, onde a família Byington (da esposa do governador) tem uma fazenda gigantesca, para a qual a firma Croce, Aflalo e Gasperini estuda um projeto de urbanização.

O governador nega e faz questão de incluir um slide com o mapa da área, numa exposição sobre o Sanegran para mostrar que as terras seriam inclusive cortadas ao meio por uma das alternativas estudadas pela Hidroservice. O fato é que elas existem e serão valorizadas com o Sanegran.

Outros afirmam que o objetivo é manter o poder de barganha da Light, que teria eternizada a capacidade de operação da usina Henry Borden. Há ainda os que poêm culpa nas construtoras, interessadas no projeto com maior volume de obras ou nos agentes financeiros internacionais. A culpa não interessa.

O fato é que há uma corrente de opinião – técnica e política – contra o Sanegran. Muita gente prefere jogar por trás dos bastidores, apontando na volta de Laudo Natel – e com ele, da Solução Integrada. Mas há quem prefira outra posição. Na Assembléia Legislativa, há uma Comissão Especial de Inquérito para estudar o problema, mas que apenas será realmente ativada em março. Na 6ª Vara da Fazenda Estadual, uma ação popular contra o governador, o secretário de Obras e a cúpula da Sabesp, pedindo a anulação do despacho que aprovou o Sanegran. Resta apenas seguir o exemplo do Paranapanema e transformar esse caso numa batalha geral. Difícil é, mas não impossível.

QVU machuca e morde

Embora pouco conhecida, a sigla QVU representa um conceito, esse sim cada vez mais divulgado: o da badaladíssima Qualidade de Vida Urbana. Em que consiste, afinal, essa tal de qualidade de vida urbana, e o que significa a sua acirrada defesa por uma variedade tão ampla de técnicos e políticos?

O conceito de QVU não está definido com precisão, e nem interessa muito aos seus defensores determiná-lo exatamente. Afinal, enfatizada por uma certa corrente de "urbanistas" – técnicos que se dedicam aos problemas urbanos independentemente da sua formação profissional, sejam engenheiros, arquitetos, bacharéis, geógrafos, cientistas sociais, economistas, etc. –, a qualidade de vida urbana já ganhou as honras de constar do II Plano Nacional de Desenvolvimento e da Estratégia de Governo do atual governador de São Paulo, Paulo Egídio Martins.

Assim, a QVU está vagamente ligada à idéia de minimizar os impactos negativos do desenvolvimento urbano sobre os sentidos e a saúde física dos habitantes da cidade, que impede a população de aproveitar os benefícios que a concentração de bens e serviços pode proporcionar. Envolve, por isso, a criação de um ambiente protegido da poluição das águas, do ar, do solo, da audição, da visão, da cultura, etc.

É quando se pensa bem nos aspectos subjetivos envolvidos na defesa da qualidade de vida urbana que a atenção é despertada para o seu verdadeiro significado. Embora possa se estabelecer alguns padrões, a serem atingidos ou preservados – como, por exemplo, no que se refere à poluição dos recursos hídricos ou do ar, ao nível de ruídos ou à média de áreas verdes por habitante –, questões como "poluição visual", preservação de "valores culturais", da "memória nacional", etc., somente podem ser abordadas dentro de uma escala de valores, isto é, a partir de uma ideologia. É aí que está a base da questão.

A QVU é aspiração de certos setores intermediários da sociedade que, não participando em escala significativa e direta das facilidades originadas pela acumulação do capital, desejam, assim mesmo, obter esses benefícios, procurando influir na orientação que se dá aos investimentos públicos e privados, de maneira que ao mesnos parte dos excedentes criados pelo trabalho seja indiretamente apropriada por eles.

É uma ideologia enfim, mas só aparentemente "pequeno-burguesa". De fato, atende aos interesses da classe dominante que, ajudando sua veiculação, afasta a grande maioria das camadas médias da população da defesa dos seus interesses reais, que coincidem com os da classe trabalhadora: aumentos de salários e melhoria das condições de trabalho e de vida. **(BB)**

coluna social

A greve é a maneira mais simples e eficiente de protesto. Por isto, é muito usada. Lembram-se das troianas?

O ponto alto da atual temporada européia é dado seguramente pelos britânicos. Talvez superados em elegância apenas pelos tradicionais guardas da Rainha, são os sóbrios bombeiros ingleses que merecem o nosso destaque.

Eles cruzaram os braços desde o dia 14 de novembro, porque exigiam aumento de 30% nos salários, em troca dos 10% prometidos pelo governo. São ao todo 35 mil bombeiros profissionais de toda Inglaterra, e sua paralização forçou a mobilização de 18 mil soldados. Note-se que a manutenção desta tropa exige do governo gastos de quase 44 milhões de libras, quando o atendimento das reivindicações grevistas custaria apenas pouco mais: 46 milhões.

A reação do Governo não é propriamente original: os grevistas estariam prejudicando a sociedade, pondo-a em risco. De fato, mais de 60 pessoas já morreram vítimas de incêndios durante a greve. Entre elas, 2 soldados. O toque original é que a taxa diária de mortes por incêndio baixou de 2,8 para 2,7%. A população não parece tão antipática ao movimento: uma campanha para angariar fundos rendeu 35 mil libras e teve que ser interrompida por lei. Um comportamento exemplar.

Na Alemanha, um "toque juvenil": metade dos 850 mil estudantes dos 280 centros universitários, estão em greve desde o começo do mês. Protestam contra a nova lei do ensino superior, que limita ainda mais a atividade estudantil, já cerceada com a lei anti-terror de 72, depois da qual estudante passou a significar terrorista.

Em Paris, Roma e Madrid, uma verdadeira "coleção de inverno".

Na França, os três maiores sindicatos paralisaram durante 24 horas o país no dia 1º, protestando contra a política de austeridade econômica. Passeatas em Rouen, Marselha e Paris reuniram mais de 200 mil trabalhadores. A unidade sindical mostrou que a esquerda não espera as próximas eleições para se manifestar, como quer o Governo. No dia seguinte, os empregados dos serviços de eletricidade cortaram a energia em todas as regiões do país. Logo após, todos os empregados das companhias aéreas entraram em greve de 48 horas, imediatamente seguidos pelos condutores de trem.

Na Itália, onde os atentados de direita inquietam uma legião de 2 milhões de desempregados, cem mil metalúrgicos marcharam sobre Roma no dia 1º, por ocasião da greve geral da categoria no país. Dia 2, foi a vez dos tipógrafos e redatores pararem os braços; dia 5, foram 900 mil professores, e nos dias 9 e 11 todos os empregados em transportes.

Na Espanha, 250 mil operários paralizaram a Biscaia no dia 3. Em Malaga, houve greve geral de protesto contra o assassinato de um militante comunista. Na capital, por pouco os guardas de trânsito não pararam o trabalho.

Na ONU, são 2.700 empregados em greve no dia 14, protestando contra a diminuição de salários. No Japão, aeroviários e ferroviários param. No Perú, 15 mil mineiros deixaram de trabalhar dia 5, para conseguirem readmitir 400 companheiros demitidos por participação na última greve.

Nos Estados Unidos, finalmente, a moda prática do "faça-o você mesmo". 130 mil mineiros de carvão entraram em greve nacional de duas semanas, agravando ainda mais a crise energética do país, que já chegou a ameaçar o governo Carter. Assim, estariam congelando por conta própria o natal do famigerado George Meany, presidente da central sindical AFL-CIO, que acaba de aumentar seus próprios salários para 1 milhão e 700 mil cruzeiros anuais.

Internacional

CARTER: ONZE MESES DE POLÍTICA EXTERNA

Janeiro — dia 20: posse de Carter.

Fevereiro — Vice-presidente Walter Mondale na Europa e no Japão. Denúncias de violações dos Direitos Humanos na URSS, Checoslováquia, Nicarágua e Uruguai. Carter anuncia retirada das tropas americanas da Coréia. Secretário de Estado Cyrus Vance no Oriente Médio. Embaixador Andrew Young na África. Armas para Zaire.

Março — Corte de verbas militares à Argentina, Uruguai e Etiópia. Divulgação do relatório sobre D.H.. Brasil, Argentina, Guatemala, El Savlador e Uruguai recusam auxílio externo americano. Cyrus Vance na URSS. Encontro com líderes do PC francês.

Abril — George Meany, líder da AFL-CIO condena Pinochet e adverte Argentina. Giscard condena interferência americana na França. Carter na OEA. Sub-secretário Todmann em Cuba.

Maio — Carter na Europa. 1ª viagem de Todmann ao Brasil. EUA moderam críticas à URSS. Mondale conferencia com Vorster. Andrew Young fala na ONU sobre Rodésia.

Junho — Rosalynn Carter na A. Latina. Novas denúncias contra Uruguai e Nicarágua. Breznev na França.

Julho — Perez visita EUA. Helmut Schmidt analisa política americana sobre Leste Europeu. No discurso de Charleston, Carter explicita política em relação à URSS e Eurocomunismo. Contatos para SALT II.

Agosto — Andrew Young no Caribe. 2ª visita de Todmann ao Brasil. Missão Church na A. Latina e Cuba. Peru, Chile e Bolívia prometem eleições. Vorster critica Carter. Cyrus Vance na China e Taiwan. Plano de paz americano para Irlanda.

Setembro — Assinatura do acordo sobre Canal do Panamá, com presença dos principais chefes militares latino-americanos.

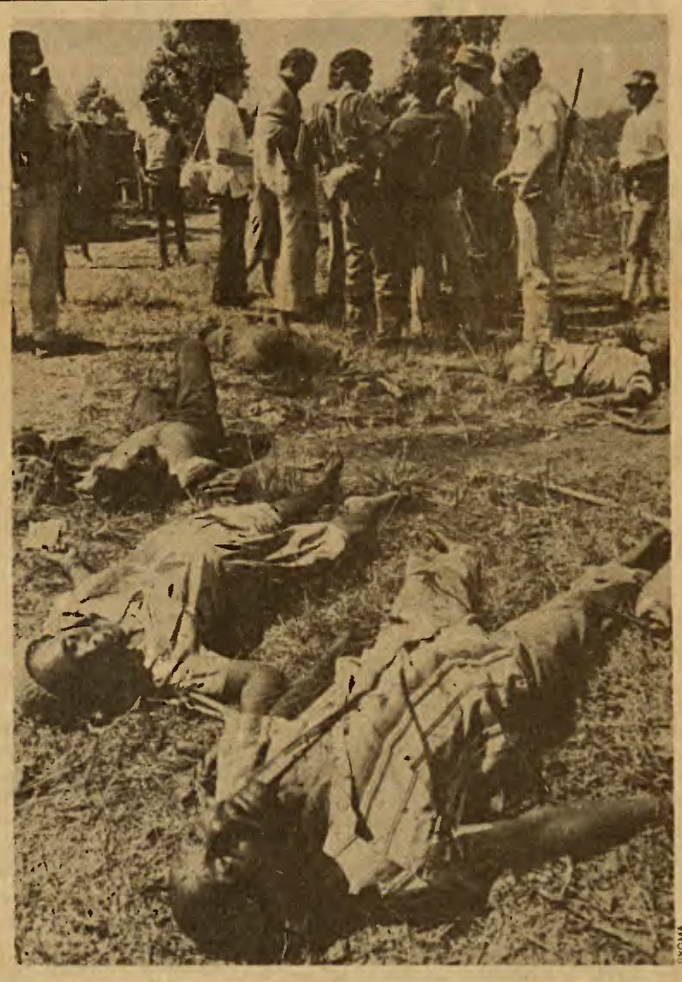
Outubro — Chanceler soviético Gromyko e ministro do comércio cubano nos EUA. Política de Direitos Humanos para Porto Rico. Aprovação da emenda Harkins, vinculando o voto americano no Banco Mundial à política de Direitos Humanos.

Novembro — Boicote de armas à África do Sul. Agrava-se problema energético nos EUA e Carter cancela viagem à A. Latina. Cyrus Vance na A. Latina. EUA saem da OIT. Xá do Irã nos EUA. Sadat viaja a Israel com apoio americano.

Dezembro — Carter faz balanço do seu governo, anuncia viagens à URSS e Polônio. Novos críticas à URSS por violações de D.H. Santiago Carrillo é o primeiro chefe de PC a visitar os EUA.

Estados Unidos, depois de um ano na Política dos Direitos Humanos:

As garras da águia ainda estão afiadas?



Tornou-se comum identificar a política externa americana com a estratégia imperialista. Sobretudo quando se fala na Política de Defesa dos Direitos Humanos do presidente Carter, é voz corrente que se trata de mais uma hábil cartada do capital monopolista. É preciso não dar a este uma razão única: o que há são países imperialistas, e os conflitos entre eles já provocaram duas guerras mundiais. Além disso, os seus percalços não ocorrem por vontade própria, mas em razão de respostas a situações específicas, como a luta de classes, o avanço do socialismo e a concorrência capitalista, que devem ser analisadas em cada contexto concreto. Em função disto, as condutas imperialistas são contraditórias: muitas vezes produzem resultados "involuntários" que acabam sendo brechas importantes para a ação anti-imperialista.

Este é o caso da política dos Direitos Humanos, concebida para a sobrevivência dos EUA, e que tem efeitos valiosos, para as lutas democráticas em muitos lugares. Logo, cuidado para não jogar a criança com a água do banho!

Os direitos humanos, com o nome de Direitos Civis, ajudaram Carter a se eleger. Grande parte dos pronunciamentos nesta direção servem para manter o próprio presidente, e acompanham sempre as flutuações da opinião pública americana. Hoje, ela caminha para a direita e Carter já volta às críticas à URSS e a Cuba, e recebe em casa torturadores como o Xá do Irã. A política ininterna é tão importante que obrigou Carter a cancelar a viagem pela América Latina devido ao problema energético dos EUA.

Além disso, os EUA são o líder imperialista desde 1945, pelo que são o exemplo da estratégia do capital contra o socialismo. Combateram-no primeiro numa "guerra fria", isolando-o nos vários países socialistas. Depois, numa "guerra quente", lutando contra o avanço da luta de classes em direção ao socialismo em países não socialistas. Finalmente, atentos à sua própria político interna, foram obrigados a uma "guerra morna", da qual não sairão sem a pressão das forças democráticas, que devem se utilizar inclusive das contradições que a política externa americana dos Direitos Humanos apresenta. Vejamos como isto se dá em dois casos concretos.

O EUROCOMUNISMO

A guerra do Vietnã não terminara, e já o governo Nixon via na Europa a principal preocupação americana. Tratava-se de fortalecer os laços com o MCE, (Mercado Comum Europeu), um possível concorrente, mantendo boas relações com os governos europeus, o que não incluia os PCs. Para a doutrina Kissinger, estes eram os inimigos, atrelados à política de Moscou. Ainda em 76, o secretário de Estado afirmava: "Não nos agrada a participação dos comunistas no governo da França e da Itália. Mas é uma questão de política interna. Trata-se para nós de dar condições a saídas democráticas para estes países."

Para o então candidato Carter, a participação dos comunistas nos governos da França e da Itália parecia inevitável. Era aceitar, ou por em risco as relações com o MCE. Os PCs são receptivos à proposta americana: Jean Kanapa, assessor para assuntos internacionais do PCF visita os EUA, onde publica extenso ensaio sobre a "nova política" do seu partido. Também Enrico Berlinguer, secretário do PCI, manifesta-se favorável à aproximação com os americanos. Quando emissários destes conferenciam em Paris com líderes do PCF, numa evidente ingerência em assuntos franceses, Giscard reage. Na Alemanha, surgem reações contra Carter, que viaja à Europa para apaziguar os ânimos. A estratégia americana é bem sucedida: ao mesmo tempo em que mantém as relações com o MCE, mantem-se como interlocutor de vários setores políticos nos países europeus seus concorrentes. Ao mesmo tempo abrem involuntariamente importantes flancos, como a participação maior das esquerdas na Europa.

A RODÉSIA

Em sua visita à Rodésia, em maio de 1976, Kissinger apresentou um programa de dez pontos ao governo do premier Ian Smith, cuja tônica eram conversações com a maioria negra, para evitar o confronto armado. O plano previa um governo de transição de dois anos para a transferência do poder, durante os quais os brancos continuariam controlando o país. Kissinger queria evitar um outro Vietnã, e ao mesmo tempo garantir um governo futuro alinhado aos EUA. Em troca, oferecia a burla das sanções econômicas impostas pela ONU: os EUA continuariam a comprar o cromo da Rodésia, graças a uma emenda aprovada pelo Congresso americano.

Smith, porém, tinha todo interesse em escolher a guerra. Queria internacionalizar o conflito, para se manter no poder: em março de 76 a Rodésia via as maiores operações de guerra desde sua libertação, em 1965.

Em sua viagem à Rodésia em fevereiro de 1977, Andrew Young reitera as propostas de conversação. Visita mesmo inimigos de Smith, como os presidentes Agostinho Neto e Olusegun Obasanjo, de Angola e da Nigéria, importantes fornecedores de matéria-prima para os EUA. Fala também com Robert Mugabe, dirigente da "Frente Patriótica", único movimento nacionalista rodesiano reconhecido pela OUA. Este rejeita as propostas de Young. Smith, já agora adepto da política de "um homem, um voto", passa a negociar com lideres moderados não guerrilheiros, também passando por cima da mediação americana.

Não há diferenças essenciais entre as estratégias de Kissinger e Carter, porque aqui a situação não o permitia. A política de defesa dos direitos humanos, na condenação do regime racista da Rodésia, daria a Carter somente frutos em relação à política interna americana. Sua efetivação concreta teria que passar pelo conflito armado, desinteressante aos EUA. Quem saiu lucrando com isso é a "Frente Patriótica" de oposição ao regime de Smith.

Wolfgang Leo Maar

Crônica

Munique, 8 de dezembro de 1977

Brasileiro não acredita em escrever carta. Sua necessidade de bom papo, cara a cara, mediado por umas e outras, o impede de aceitar sucedânios de qualquer natureza. Por estas razões e outras mais, logo que soube dos dois ex-colegas recém-chegados de São Paulo, parti, a bordo do velho fusca, de Munique para Colônia em busca de notícias frescas, d'aquele papo e tudo mais.

A casa velha e a rua estreita era bem o que eu esperava, a campainha inacessível atrás do portão trancado e eu cá fora berrando o que em alemão soa como um palavrão: "Satoshi! Cotinha!" Notei que alguém me observava por um vão de janela. Mais alguns segundos e outra fresta de janela se insinuava no sobrado ao lado, então mais outra no prédio em frente. Os garotos que brincavam numa varanda sumiram. Uma velha de rosto e roupa acinzentados, que varria uma escadinha igualmente velha e cinza, me fitou como se tivesse visto o satanás em pelo e chifre, abandonou a vassoura e sumiu sem se persignar. Como, após anos na Alemanha, nada semelhante me acontecera, passei a me inspecionar em busca de alguma anomalia, uma possível braguilha aberta ou algo equivalente. Antes que a perplexidade virasse pânico e antes mesmo de completar minha auto-inspeção, cercado por policiais, fui parar juntamente com os meus amigos que acabavam de chegar, no "Komandozentralle" de alguma operação distrital antiguerrilha.

Após ter confirmado por telefone que eu de fato existia com o mesmo nome e endereço alegados, o oficial se desculpou e explicou que, meses antes, morava naquela casa um suspeito simpatizante do grupo B & M, que desaparecera sem deixar vestígios nem o último aluguel. A vizinhança alertada avisava a polícia sempre que alguém (como eu...) desse margem a qualquer dúvida.

Passado o susto e enfrentando uma "Lowenbrau" casco escuro, comentamos longamente o incidente, à luz de comparações com o que se passava na terra do Chico. Alguns comentários talvez mereçam registro:

— Simpatia, em maior ou menor grau, é algo que há em todo mundo. O mesmo vale dizer sobre simpatizantes.

— O par Baader-Meinhof, uma espécie de Bonnie & Clide da luta armada, seguiu mal uma bem traduzida cartilha (de um ex-deputado baiano) que já dera resultado trágico na terrinha.

— Policiais que detém pessoas por "atitudes suspeitas" não faltam em lugar algum; a gente dá graças a Deus de não topar com um que primeiro atira e depois pergunta.

— Mas vizinhanças mobilizadas, velhinhas com medo de estrangeiros barbudos e outros traços neuróticos neste estilo, são coisas que, pelo menos até agora, não temos visto no querido país do deixa-disso. Estes traços são naturais naquela parcela linha-dura da população alemã, que segrega os turcos, iugoslavos, espanhóis, todos os trabalhadores que vão para a Alemanha vender sua mão-de-obra barata e fazer o trabalho mais duro.

São características que não estão no sangue. Seria então uma questão de tradição? Heil! do seu **Bruno Scala**

O Terror Alemão

Saiba como o governo de Bonn se aproveita politicamente do grupo Baader-Meinhof. Um brasileiro relata o terror na Alemanha, tema do cotidiano num clima de desconfiança que beira a histeria

Foi em 1972 que se iniciou o retrocesso do liberalismo na Alemanha até então ociosa de seu capitalismo civilizado, "tenazmente" oposto à violência das "republiquetas de banana". Intensificara-se a ação do Grupo Baader Meinhof e a primeira reação do Governo foi de uma lei que impedia o acesso ao magistério e a cargos públicos e de responsabilidade a qualquer suspeito de "subversão". Desde então, foram vetadas 600 mil pessoas, como "simpatizantes" do terror.

O maior semanário nacional (Der Spiegel) dedicou recentemente 4 numeros a estes "simpatizantes". Entre eles, figuras internacionais: o premio Nobel Heinrich Boell, o escritor Guenther Grass, o diretor da Escola de Frankfurt, etc. Mesmo Willy Brandt é acusado de complacência. E todos se comportam como "réus", sem uma posição crítica em relação à neurose do terror.

Os integrantes da "Fração do Exército Vermelho" (Grupo Baader) são calculados em menos de mil. No total de crimes, os políticos não chegam a 0,2%, o que não justificaria uma escalada civil contra o terror.

Ainda mais com uma polícia equipadíssima: de 69 pra cá, seu orçamento aumentou em 700%. Conta com sofisticadíssimos equipamentos, unidades móveis que permitem identifcar qualquer suspeito em fração de segundos. A justiça também se armou: a última lei aprovada no Congresso veta o direito à assistência a suspeitos de "terrorismo". Os advogados não contam com garantias, como mostra a prisão de Klaus Croissant, defensor de Andreas Baader.

Política

A política oficial do terror parece ser uma tentativa de garantir a hegemonia pelo apoio da sociedade civil atemorizada, e está dando certo. Há poucas semanas, a coligação Social Democrata e Liberal conseguiu garantir o governo de Schmidt pelo menos até 1980. A atividade dos Baader-Meinhof ameaçaria esta hegemonia, num país em que a política oficial é de direita e a oposição extra-parlamentar totalmente atomizada e impotente.

Os movimentos radicais de esquerda de 1968 também abalaram a Alemanha, formando lideres como Rudi Dutschke ("O Vermelho"), mas logo foram silenciados. Os jovens, do movimento estudantil SDS, ou da Juventude Social Democrata, foram cooptados ou desmobilizados. No começo do ano, por exemplo, o presidente da Juventude foi expulso do partido, por manter conversações com partidos eurocomunistas.

Hoje dezenas de pequenos grupos se expressam por passeatas, por cerca de 200 jornais de pequena circulação, quando não adotam a contestação direta, como o Baader-Meinhof. Restam ainda os dois Partidos Comunistas legais sem nenhuma expressão. E poucas perspectivas de uma reação democrática à guinada para a direita.

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Cultura

DA CENSURA AO EROTISMO POLÍTICO

Em 77 a cultura brasileira tentou burlar a censura e conviver com o paternalismo do Estado; curtiu o marginal e descobriu o erotismo político. Um papo com Jean-Claude Bernadet, Walnice Nogueira Galvão, Lauro César Muniz, Gilberto Vasconcelos, José Miguel Wisnik e David Arrigucci Jr.

Nair Benedicto

Amanhã – Como vocês viram o problema da censura neste ano que passou?

Lauro – Na minha área, a televisão, é um negócio asfixiante na medida em que o governo mantém uma concessão em estado precário e a qualquer momento pode cassar o canal do proprietário. O diretor da emissora, então, usa sempre esse argumento em relação ao artista: "Nós não somos independentes, estamos trabalhando em caráter de concessão". E realmente a qualquer momento o governo entra na linha e transmite a quantidade de publicidade que quer nos intervalos comerciais e interfere na programação para dar a mensagem que bem entender. Quando a oposição tentou fazer o mesmo, apoiada na legislação, se danou. Foi o que aconteceu na tramissão do programa do MDB – aliás o melhor programa da TV brasileira deste ano – e que resultou na cassação do Alencar Furtado.

Amanhã – *Como o artista tem reagido diante dessa situação?*

Lauro – Todas as batalhas que a gente tem conseguido ganhar é mesmo brigando muito, na base da esperteza e até do maquiavelismo. A gente vai a Brasília – e parece que isso já se tornou uma rotina – tentar dialogar e ver os limites de liberdade pra poder trabalhar. Esses limites são muito restritos mas sempre aqui e ali se consegue segurar uma possibilidade. Um exemplo: eu tinha um **Caso Especial** proibido pela censura: o **Zé Bigorna**. Fui a Brasília conversar com o diretor do Serviço de Censura, o Rogério Nunes, e consegui liberar na base do jogo de palavras. Numa sequência do **especial**, havia um crime dentro da cadeia, onde o delegado estava presente. Ele disse: "Se ao menos o delegado estivesse ausente...". Eu aproveitei a deixa e respondi: "Por isso não, ele pode estar ausente, eu tiro o delegado da cadeia. Aí ele argumentou: "Mas eu não conheço o **especial**, precisaria chamar o censor que analisou". Chamou o censor e eu peguei na palavra dele: "O dr. Rogério Nunes tá dizendo que se o delegado não estiver na cadeia, ele pode liberar". E consegui a liberação do **especial** que acabou virando filme depois – com o delegado na cadeia.

Jean-Claude – O diretor da televisão não encampa esse relacionamento entre os artistas e a censura? São os próprios autores que vão a Brasília?

Lauro – Encampam, mas também são pressionados. O caso do **Zé Bigorna** foi uma iniciativa pessoal minha. Estava proibido e não se discutiu mais o assunto. Então pedi uma passagem e uma cobertura em Brasília. Existe um representante da TV Globo em Brasília, condecorado pelo Exército, que tem acesso fácil à censura. Um caso como esse do **especial** vem enfatizar uma coisa muito certa: não há o menor critério, nenhuma ideologia cerceando nossa liberdade de criação dentro da TV, porque nem eles sabem bem o que devem ou não proibir. É um critério pessoal, subjetivo do censor, o que torna as coisas mais difíceis ainda para a gente.

Gilberto – Eu acho que essa ausência de princípios da censura, embora em outras dimensões, aparece também na produção musical. Há determinadas composições que passam, outras que são censuradas e a gente não sabe se é porque falam de alguma coisa erótica, do corpo ou porque explicitamente criticam o governo. Aí depois de seis meses a música pode ser gravada novamente. Mas o pior é que nesses anos todos houve uma introjeção da censura dentro da linguagem. Uma música que é bastante significativa nesse aspecto é **Festa Imodesta**, feita em homenagem ao Chico Buarque, em que o Caetano coloca a problemática da censura. Ele não coloca uma polaridade entre resistência e adesão mas uma terceira possibilidade: a de burlar o censor através de uma série de recursos que podem ou não dar certo, né?

Zé Miguel – Um outro exemplo disso é a música **Corrente**, do Chico Buarque que está no LP **Meus Caros Amigos**. É uma música que diz uma coisa e de certo modo reverte o que diz. Ele faz "um samba bem pra frente", que é uma corrente pra frente, mas ao mesmo tempo repete a música invertendo a letra, dizendo de trás por diante e deslocando a relação entre letra e melodia. A relação letra e música desloca o sentido do que está se falando, e a "corrente pra frente" fica realmente subvertida. E como se o movimento de "ir pra frente" fosse barrado, segurado por alguma coisa que vem na contra-corrente. Ele consegue fazer a música, dizer o que quer, mas isso não deixa de ficar marcado por uma certa insatisfação que aparece quando a música diz: "Eu fiz um samba bem pra frente e isso me deixa triste e cabisbaixo". Quer dizer, ele canta a letra da música ao inverso, na corrente e na contra-corrente, e elas se encontram nessa frase: "e isso me deixa triste e cabisbaixo", que é o ponto de convergência do problema. De algum modo está se encontrando a fresta, a possibilidade de dizer alguma coisa, mas há uma grande margem de insatisfação que persiste.

Pra confessar que
andei sambando errado
Talvez precise
até tomar na cara
Pra ver que o samba
está bem melhorado
Tem mas é que ser
bem cara de tacho
Não ver a multidão
sambar contente
Isso me deixa triste
e cabisbaixo.
Isso me deixa triste
e cabisbaixo
Não ver a multidão
sambar contente
Tem mas é que ser
bem cara de tacho
Pra ver que o samba
está bem melhorado
Talvez precise até
tomar na cara
Pra confessar que
andei sambando errado

Gilberto – Acho que a insatisfação é notória porque a possibilidade de que o público entenda é incerta.

Walnice – Daí vocês precisam ficar escrevendo trabalhos explicando, né? Mas, olha, tem outra coisa que me preocupa nessa discussão de censura. Essa queixa constante – e que eu acho muito justa – contra o arbítrio da censura imediatamente me traz à cabeça o seguinte: meu Deus, e se a gente tivesse uma censura coerente?

Jean-Claude – Eu não sei se a censura é tão incoerente assim. A incoerência só se encontra em casos particulares, específicos, porque por mais que a censura se condifique, ela nunca pode se codificar até o particular. Ela pode codificar uma coisa do tipo "não serão autorizadas obras contra a moral, a família e a religião", mas no detalhe o que é ser "contra a família, a moral e a religião"? Ao nível do particular, há toda uma barganha possível, o que não quer dizer que não haja uma ideologia geral, que não é da censura, mas do poder. Então há balizas, mesmo dentro dessas contradições de negar uma coisa, autorizar outra, barganhar no detalhe. E essa balizas não são da censura, são do poder.

Lauro – Mas elas não estão bem definidas hoje.

Jean-Claude – Se as balizas não são mais claras, isso não se deve a uma incoerência da censura, mas ao fato de haver contradições no poder que se refletem em diversas áreas, tanto na produção artística como na censura. Mas não há uma incompetência da censura. No momento político que nós vivemos em que há formas contraditórias dentro do poder, isso repercute e cria, a cada vez, passos de atuação.

UM "ESTILO EMBRAFILME"?

Jean-Claude – Eu tenho a impressão de que, apesar de todas as dificuldades que existem, a censura acaba sendo o menor dos problemas, porque ela tem a grande vantagem de ser mais ou menos clara. A gente tem que enfrentar o censor; há um ato claro de proibição, total ou parcial. A censura maior se dá exatamente na hora em que houve uma introjeção do problema no artista ou no momento em que se organizam mecanismos de produção que podem parecer muito favorável mas que vão delimitando e criando coordenadas que a gente nem percebe. É o caso de perguntar o que é pior no cinema: o problema da censura ou uma certa política da Embrafilme que é vista como positiva? Logo que Geisel tomou o poder, foi extremamente hábil: eliminou da Embrafilme os burocratas e colocou no lugar deles os próprios cineastas. Desarticulou completamente a resistência que havia ainda na época do Medíci. A partir do momento em que os cineastas foram para a Embrafilme, eles mesmos passaram a fazer uma parte do serviço.

Tudo aquilo que o
malandro pronuncia
E o otário silencia
Toda festa que se dá
Ou não se dá
Passa pela fresta da
cesta
e resta a vida

Amanhã – *E como se dá essa intervenção via Embrafilme?*

Jean-Claude – O caso do cinema é um pouco particular porque ele enfrenta no mercado diretamente o concorrente estrangeiro. Então o Estado tem uma função quase tradicional, há várias décadas, de preservar um certo espaço ao nível empresarial para o filme brasileiro. E isso acabou moldado um certo tipo de comportamento. Por outro lado, não há possibilidade, no nível de organização atual dos produtores brasileiros, de defesa do mercado se não houver essa função: São tantos os mecanismos de produção e comercialização do filme que eu tenho a impressão de que os produtores ficam mais ou menos amarrados – sem perceber as consequências a curto e longo prazo – e não conseguem sair disso: precisam do Estado e de certo modo pagam um preço. No caso do filme histórico, há até a aprovação do roteiro e do argumento; não só o tema como até o tratamento do tema são aprovados. Isso sem falar da adapetação literária, do encaminhamento do curta-metragem, dos filmes-piloto para a televisão. Mas não é disso que eu quero falar. Um dos casos que este ano me parece significativo é o filme do Nelson Pereira dos Santos, a **Tenda dos Milagres.** É um filme que coloca uma série de contradições em relação ao problema de raça e que faz um grande esforço para dissolver essas contradições ao logno da fita. Como exemplo: tem lá um professor catedrático – o personagem do Jorge Amado – que é violentamente contra os pretos, violentamente contra o Pedro Arcanjo que escreve livros favoráveis aos negros e à mestiçagem. Os alunos desse professor, no entanto, são contra ele, são favoráveis à mestiçagem; quer dizer, a própria elite forma uma elite que é contra. Portanto, um belo dia esse cara vai morrer e os cargos na faculdade serão ocupados por pessoas que têm idéias opostas às dele. No final do filme, fica-se sabendo que esse professor teve uma avó ou uma bisavó negra e que, portanto, dentro da própria família dele já houve uma síntese das contradições. Então essa fita me parece bastante significativa de um "estilo Embrafilme" não em termos de produção diretamente, mas de como se aborda um tema aparentemente conflituoso – e toda a abertura do filme é feita desse modo – e no final não se chega a nenhuma solução do conflito porque não há conflito. Isso me parece mais tráfico que o acontecido com o filme do Bodansky – **Iracema** – que está proibido pela censura. No caso do Bodansky ficou bem clara uma posição do cineasta, uma reação do Estado – a própria Embrafilme de certo modo conseguiu liquidar o filme – do que essa fita do Nelson que aparentemente foi feita em defesa da cultura popular, em defesa do povo, em defesa dos negros, mas que simplesmente dissolve a história. Nela, não há o que resolver porque não há problemas. Eu me pergunto se atualmente o jorge-amadismo que está existindo no cinema não é fundamentalmente isso, porque **Dona Flor** é exatamente a mesma coisa: Dona Flor é uma mulher que consegue juntar os antagônicos, os dois maridos tão opostos, ao nível do imaginário, e sem assumir a responsabilidade, já que um deles é invisível. Ela não tem nem que se situar diante da sociedade, assumindo a síntese que faz, não é?

Amanhã – *Você vê isso só no cinema?*

Jean-Claude – Eu conheço mais o caso do cinema, mas tenho a impressão que a coisa é mais ampla. Veja o **Ponto de Partida,** do Guarnieri. Sob certo aspecto é uma resposta à censura porque trata de um tema que não é do agrado dela. Agora, será que todo o tratamento da peça, e em particular o seu fim, se deve à censura no sentido de se escolher uma tática para poder dizer o que se quer? Eu não acredito. No final da peça, todo mundo se retira do palco e a única personagem que fica pra resistir é a menina que foi engravidada pelo poeta, a filha dos tiranos que se voltou contra os pais. Os dois atores que não estavam diretamente ligados ao poder – o ferreiro e o pastor – esses se retiram e a única personagem que fica firme, que é exaltada no final é ela. Ela fica sozinha, ajoelhada no meio do palco olhando o boneco e é exatamente essa filha do poder em ruptura com o próprio poder. Isso me parece uma reexaltação da pequena-burguesia radical como sendo realmente a única que pode enfrentar o poder. Não acredito que isso seja o resultado de uma tática para enfrentar a censura, porque se poderia imaginar que, mesmo personagem aquele monólogo dela ajoelhada olhando o boneco, os outros dois personagens ficassem no placo, por exemplo. É uma outra posibilidade de encenação. No entanto, há uma valorização exclusiva desse personagem. Então, quando se diz que se faz o teatro possível, se faz no teatro uma tática de desvio pra dizer o que a censura não deixa dizer diretamente, em parte isso acontece; mas ao nível das falas, das personagens, da construção dramática acho que há uma ideologia muito mais ampla, muito mais enraizada no processo de luta ideológica da elite brasileira do que simplesmente o caso policial da censura. Dar tanto valor ao caso policial da censura é também uma maneira de não querer enfrentar o processo ideológico no qual, estamos inseridos.

Amanhã – *Mas é claro que a censura não deixou de se manifetar ostensivamente este ano, não?*

Lauro – No caso do teatro, por exemplo, eles cassaram a peça vencedora do concurso do SNT, sem nenhuma justificativa oficial. E haveria inúmeros exemplois em todos os campos da arte.

David – E na literatura, não só apreenderam livros como prenderam um autor, o Renato Tapajós.

VAI TE AZARAR, CRIATURA

Amanhã – *Como vocês viram o fato do tema do marginal estar reaparecendo cada vez mais no campo da arte brasileira? Este ano, tivemos diversos filmes, peças e livros que trataram do problema.*

Gilberto – Eu acho que a gente está assistindo a uma substituição do malandro pelo marginal. Não eram duas coisas que se confundiam no passado, pelo menos na música popular. De 30 a 69 houve sempre uma valorização do malandro porque ele era a possibilidade de burlar o batente: "Se eu precisar algum dia/de ir pro batente/não sei o que será/ pois vivo na malandragem/ e vida melhor não há", falava o Ismael Silva. O Noel Rosa centrou toda a sua música nisso. E o Chico Buarque enterra essa via de exaltação com o **Partido Alto.** Então só sobra o que? Ou o cara ingressa na produção – e aí ele pode ou não assumir uma postura crítica – ou o reverso disso é tematizar o trombadinha. O malandro tem uma transa branda ainda. É significativo que isso coincide com o aumento da marginalidade urbana. No Brasil, a proletarização ainda é um privilégio diante da marginalidade. Acho que é por isso que a temática do marginal, endeusado ou não, cresceu na arte brasileira.

Guarnieri, você
que não chegou a
tempo pro
debate, não
quer responder?

Jean-Claude – Houve até um filme, o **Rainha Diaba.** É uma projeção do próprio artista de uma forma bem romântica sobre o marginal.

Walnice – É como se o artista dissesse: nesse regime, eu também sou bandido.

Jean-Claude – O artista sente prazer em tratar desse tema, desses personagens: isso é o dominante em filmes como **Marcados para Viver, o Jogo da Vida**, etc. O filme do Capovilla é um filme absolutamente fechado que não abre pra nada a não ser a gostosura com que seus atores vivem aquela situação no bilhar, nas ruas. E a gente deveria se perguntar se não há dois tipos de marginais sobre os quais existe essa projeção: os marginais urbanos e os índios. Gradualmente no cinema brasileiro está existindo um novo ciclo indianista.

Walnice – Que o Paulo Emílio Salles Gomes previu num trabalho para a revista **Argumento**, onde ele dizia: "Desconfio que o próximo herói vai ser o índio".

David – É engraçado que na literatura brasileira a coisa não é bem assim. No livro do Dartci Ribeiro o índio aparece de forma inteiramente diversa, É uma espécie de indigenismo, coisa que já havia na literatura hispano-americana há muito tempo. A dificuldade que havia com o romance político parece que também existia com oi problema do índio e nesse livro ele aparece muito bem caracterizado. Havia o índio na literatura, mas idealizado, não era uma visão de dentro, como nesse livro. **Jean-Claude** – Você viu o filme **Uirá?** Nele, embopra os mesmos fat os e personagens do livro permaneçam a chave mudou. Há uma posição romântica do artista sobre o índio, na linha mesmo do indianismo. Há uma outra coiisa nessa tematização do marginal. Tanto no **Marcados para Viver, como no Trem Fantasma**, os marginais são devolvidos à produção. O marginal de **Trem Fantasma**, no final do filme, volta a seu lugar de origem, um meio proletário, e o diretor o coloca em cima de uma máquina, praticamente dizendo: "não seja marginal, trabalhe". De um ponto de vista absolutamente moralista. Os filmes são uma puta curtição do marginalismo, mas há uma espécie de má consciência por trás e o cara em vez de analisar, diz: "o teu lugar é aí, trabalhando".

Trabalhar eu não, eu não
Trabalho como louco
Até fiz calo na mão
Meu patrão ficou rico
E eu pobre sem tostão
Foi por isso que agora
Eu mudei de opinião
Trabalhar eu não, eu não
(Almeidinha, 1946)

Zé Miguel – Na música, a questão pode ser vista de um ângulo diferente. O malandro tem uma tradição dentro da música popular qwue pode ter sido encerrada, como o Gilberto falou, porque havia na malandragem aquela possibilidade de estar entre a ordem e a desordem. Hoje, o malandro se integra no trabalho assalariado ou cai na marginalidade violenta, onde o mundo é o do trombadinha ou do trombadão.

Walnice – É como se nessa fase brutalmente desenvolvista, de tentativa de realização do capitalismo pleno, que está sendo chamada pelos economistas de fase do capitalismo selvagem, o malandro não tivesse possibilidade de subsistir. Ou ele vai para a violência do trabalho na fábrica ou ele vai para a violência da delinquência. É a mesma coisa, não são coisas diferentes.

Gilberto – Acho que hoje está sepultada h istoricamente a terceira via, que é a via do bilhar, da sinuca. Pode ser que eu esteja errado, mas acho que quem enterrou essa via no cinema foi o Hugo Carvana com o **Vai trabalhar vagabundo**. O próprio título já sugere isso, o ingresso do vadio na produção. Ele enterra de maneira branda, com um toque humorístico, que corresponde à música do Chico. O tema do Chico é o cara indo se azarar na produção: "Vai trabalhar criatura, vai trabalhar" – é impositivo. Por isso é que eu estou curioso para ver o filme do Capovilla porque se ele valoriza a terceira via pode cair num anacronismo histórico

Alô, Nelson,
Capovilla, o recado
pro Guarnieri
serve pra vocês.
Espaço aberto.

Jean-Claude – Mas o filme do Carvána também é tremenmdamente nostálgico. Toda a história é a de personagens que tiveram um passado prestigioso em torno da sinuca, que perderam esse prestígio e tentam recompor de modo forçado e artificial esse passado.

Gilberto – Você não acha que essa recomposição é significativa da morte do vadio?

Jean-Claude – É significativa da morte do vadio, mas não acho que o Carvana enfrente isso. De certo modo ele lamenta um algo gostoso que foi e que não é mais.

Na foto: Jean-Claude Bernardet (pesquisador e crítico de cinema); Lauro César Muniz (dramaturgo e autor de novelas de TV); Walnice Nogueira Galvão (professora de Teoria Literária); Gilberto Vasconelos (professor de Sociologia e crítico de música); José Miguel Wisnik (professor de Literatura Brasileira e crítico de música); David Arrigucci Jr. (professor de Teoria Literária).

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E MEMÓRIA DA UNESP CEDEM

Erotismo político

"LÁ VEM A FORÇA LÁ VEM A MAGIA"

Zé Miguel – Retomando: a malandragem pode ser tratada de dois modos: ou com uma certa nostalgia ou exibindo pela contundência a situação de violência da marginalidade. Mas veja o caso do **Amuleto de Ogum**, do Nelson Pereira dos Santos. No filme, a marginalidade é tratada com crueza e está acompanhada de uma certa valorização do poder político da cultura popular que viria através da colocação do mágico, do amuleto, do talismã, quer dizer, da força da cultura popular no que ela tem de substrato mágico. Essa colocação situaria um novo momento na visão do marginal. A idealização do marginal, como o Jean-Claude apontou, corresponde claramente a uma forma de ideologia, mas essa nova forma que vem acompanhada do substrato mágico da cultura popular poderia ser vista não como ideologia mas como uma recolocação da questão.

Gilberto – Eu acho que o que o Zé Miguel viu no **Amuleto** já apareceu na música de protesto. Quando se trata do popular, sempre se delega ao mítico ou ao místico a solução do problema popular.

Zé Miguel – Na música popular, a canção de protesto tentou a certa altura tematizar a transformação da sociedade, através de uma forma mítica. O problema político era transposto sempre para a idéia do nascimento do dia: "o dia vai chegar", "o dia nascerá", "o amanhã"...

Jean-Claude – Que aliás é o nome desse simpático jornal...

Zé Miguel – A relação era mística porque baseada na idéia de Orfeu: a gente canta e nasce o dia. O canto tem um poder mágico sobre o mundo e com esse poder mágico transposto para a questão política acabou-se vendo o cantar como algo capaz de transformar a realidade. Esse negócio depois mudou porque foi esvaziado do seu conteúdo populista; o tropicalismo marca o momento de liquidação dessa temática. Mas o que não deixou de acontecer em torno da música popular é uma certa valorização de algo que nasce com o cantar, com a música, que não é exatamente o amanhã. É a visão de que o canto tem um poder ligado a uma tradição mágica que pode se converter numa problemática política. A música modelo disso é **O Que Será**, do Chico. O que se tematiza ali? Uma espécie de cantar ou de uma voz que praticamente brota dos marginais, dos trabalhadores, da população e essa voz é invencível, transforma tudo e não há o que a segure. Há claramente uma tematização da força baseada no dionisíaco, na tradição popular. **O Que Será** marca uma colocação de Eros, uma força erótica no sentido de que é o desejo de um contato. E isso é visto ao mesmo tempo com uma carga política que arrasta as instituições, as formas de dominação: não tem limite, não tem governo, não tem juizo. Cantar essa força que se define por romper os limites corresponde de certa forma a uma exploraração do mito, mas não no sentido ideológico necessariamente, porque o mito fica no limite da ideologia. Ele pode ter claramente um caráter de resolução das contradições puramente imaginário, portanto uma suspensão dos conflitos, uma manipulação ideológica, mas essa manipulação não o esgota porque a sua força principalmente na cultura popular, tem uma capacidade contestadora. Ela significa sempre uma possibilidade

Saravá, Ogum
Mandinga da gente continua
Cadê o despacho pra acabar
Santo guerreiro da floresta
Se você não vem
eu mesmo vou
brigar

de colocar o desejo de um outro real que não é este. Essa tendência se espraia na MPB: na parceria do Milton com o Chico – **O Cio da Terra** – na música do Milton com o Fernando Brandt – **Raça** – que fala: "lá vem a força, lá vem a magia".

Ainda bem que a gente fez a ressalva: um semanário de hoje.

Gilberto – Em 68 a temática política estava em retratar o desenvolvimento desigual do capitalismo periférico, que foi o caso da Tropicália; depois ela sofreu um processo de tematização da indústria cultural – o **Araçá Azul** – é um disco-marco nesse sentido. Agora, está na tematização do corpo, do desejo e eu acho isso importante porque acontece no período em que a violência corporal no Brasil é um negócio espantoso.

David – Essa tematização erótico-política aparece num poeta como Pablo Neruda. Grande parte do político no Neruda vai por essa via, numa descoberta do corpo, numa espécie de erotismo cósmico, numa descoberta de um materialismo difuso que dá na percepção do outro, do histórico.

O que será que será
Que andam suspirando pelas alcovas

Que andam acendendo velas nos becos

Que com certeza na natureza

O que não tem certeza, nem nunca terá

O que não tem conserto, nem nunca terá
O que não tem tamanho

Que cantam os poetas mais delirantes
Que juram os profetas embriagados

Está na fantasia dos infelizes
Está no dia a dia das meretrizes

O que não tem decência, nem nunca terá
O que não tem censura, nem nunca terá
O que não faz sentido

O que não tem governo, nem nunca terá
O que não tem vergonha, nem nunca terá
O que não tem juízo

Gilberto – Na fase atual, há uma recorrência ao problema do gozo, do êxtase, isso junto com a canção e a dança. Na MPB a sexualidade, a transa entre homem e mulher aparecia sempre numa perspectiva sublimada; é difícil ouvir uma música como o **Trocando em Miúdos**, do Chico e do Francis Hime, que fala: "as marcas do amor nos nossos lençóis". **O Que Será** coloca não o erotismo e a política, mas o erotismo-político, porque o corpo é uma questão política. Há alguma coisa impulsionando essa linguagem e essa erotização aparece porque o corpo está ameaçado.

Walnice – Pode ser exatamente o contrário: como não se tem liberdade em área nenhuma da vida, a permissividade sexual substitui essa falta de liberdade, quer dizer, eles deixam...

Amanhã – Zé Miguel, explica melhor o que é essa nova tendência do erótico-político.

Zé Miguel – A ação política é frequentemente proposta em termos de uma ação sobre o presente que visa a transformar a realidade em função de um futuro. O político tem o seu tempo, concentrado no futuro diante do qual a realidade presente é de certa forma anacrônica, reacionária diante do que ele quer. Ele se coloca diante de um tempo que nega desde já, vê a realidade como algo ultrapassado ou a ser ultrapassado pelo seu projeto. Sua ação e sua linguagem estão projetadas para uma vida que vai ser vivida. isso está ligado à idéia de progresso. O artista não tem uma concepção de tempo desse tipo; ele tende a fixar o momento presente, um estado contraditório no presente. Então o tempo do artista e o tempo do político são diferentes. É claro que isso não pode ser esquematizado nem dualizado; às vezes uma pessoa só pode estar vivendo simultaneamente os dois tempos. A arte fixa muito a perspectiva de que só existe um tempo, este tempo, que é onde todos os tempos se encontram; a gente só vive neste tempo. O tempo mítico é muito isso: apesar de ele sempre remontar ao tempo ancestral, na verdade tudo que ocorreu tem de estar reocorrendo agora. Esse tempo é de algum modo formulado como um tempo meio sem tempo, do inconsciente, do sonho que rememora a infância. Por outro lado, esse tempo só se presentifica no corpo. Se é formulado de modo falso ou verdadeiro, é o que se tem que pensar, caso por caso. No debate atual da cultura brasileira, não é à toa que essas coisas se polarizam: se acusa alguém de não ter em vista um projeto político, e outras tendências da cultura, quando querem preservar a arte da cobrança política, enfatizam um polo tipo "autonomia da arte", que nas suas formas mais caricatas aparecem como o "não é nada disso, o negócio é agora, dançar, etc". O projeto político foi muito vivido na década de 60 até 68; nos primeiros anos de 70 o projeto muito vivido foi o da "contracultura" que nega a idéia de progresso, da transformação da realidade através de uma ação política. De uns tempos pra cá têm aparecido na arte tentativas de sintetizar essas duas coisas que foram vividas. É nesse sentido que aparecem novas formas de consciência que indicam a possibilidade de politizar essa força do corpo, que trabalham com este tempo, que é a vida presente sendo vivida. Nossa recuperação simbólica do corpo dilacerado através de um corpo pleno que aparece sendo cantado e, ao mesmo tempo a força que transforma tudo, está ligada a uma tendência historicamente notável, que é o fato de que ela incorpora pedaços, fragmentos da história vivida. Isso tem uma faceta romântica, uma tentativa de uma reincorporação simbólica, mas é inevitável e cumpre uma das funções da arte.

Nair Benedicto

ESPORTE SINDICATO FUTEBOL CLUBE

Enquanto Pelé – o melhor jogador de futebol de todos os tempos – anda dizendo bobagens por aí, outros atletas começam a provar que sabem usar algo mais que os pés.

Muito comumente o torcedor – no seu indiscutível direito de vaiar ou aplaudir seus ídolos pelo que apresentam em campo – taxa de **pipoqueiro** (gíria futebolística para designar o jogador medroso, covarde mesmo) aquele profissional que tira o pé numa bola dividida, que evita um lance mais perigoso, que "não chega junto", como diria o técnico Osvaldo Brandão.

O que o torcedor não sabe na maior parte das vezes – e talvez nem tenha mesmo a obrigação de se importar com isso durante os sagrados noventa minutos da partida – é que muitas dessas atitudes são causadas exatamente pela pouca proteção que o jogador tem fora do campo. A preocupação com o problema começa a aparecer saudavelmente entre os atletas brasileiros. Já não era sem tempo.

Afinal, os artistas do espetáculo mais chegado à alma do povo brasileiro precisavam mesmo acordar para a dura realidade do mundo em que vivem.

Não será apenas uma coincidência o fato de despertarem ao mesmo momento em que outras camadas da população começam a discutir os problemas de seus campos de atuação. Como não chega a ser surpreendente, também, que um dos líderes do movimento seja um profissional de gabarito técnico elevado, de clube grande – o Vasco – e, portanto, com um ganho mensal bem acima da média dos quase sete mil futebolistas que fazem do jogo da bola as suas profissões.

Zé Mário, casado, 28 anos, filho de classe média, foi aluno de uma das melhores escolas do Rio. Capitão do time do Vasco, já no início deste ano solicitava à diretoria do clube que instalasse uma biblioteca para os jogadores onde, entre outros, seu autor predileto – Jorge Amado – pudesse ser lido pelos companheiros. Não foi atendido.

A primeira derrota não o abateu. Há muito tempo ele achava que a desonestidade dos dirigentes precisava de uma resposta adequada e via na conscientização do jogador a melhor saída. Começou a procurar os direitos que lhe pareciam devidos e descobriu, por exemplo, que se pagava todos os impostos como qualquer trabalhador, poderia perfeitamente optar pelo FGTS e receber a importância depositada mensalmente pelos clubes em seu nome quando houvesse uma transferência. Já havia descoberto, aliás, ao sair do Flamengo para o Fluminense em 74, que tinha direito ao 13º salário e foi ganhar a questão na Justiça, alertando os companheiros para o assunto. O medo de represálias, porém, não animava os demais e a solução que Zé Mário encontrou, agora, em 77, foi a idéia de um sindicato nacional de jogadores.

Começou por lançar as bases de um Sindicato no Rio, a exemplo do que já existe em São Paulo, e foi buscar inspiração na organização sindical dos futebolistas argentinos – o único sindicato de trabalhadores a fazer greve no curto e traumático último período peronista.

Enquanto o movimento é engrossado em quase todos os Estados do Brasil, Zé Mário aproveita a maratona de viagens do Campeonato Brasileiro e reúne – às vezes até mesmo dentro do campo, antes de começar uma partida – os companheiros de outros times para dar seu recado e mobilizá-los em torno de, enfim, seus direitos mais primários.

Foi assim que obrigou a CBD a modificar o calendário do futebol brasileiro para 78 pois este não obedecia rigorosamente o período de 30 dias de férias a que o jogador tem direito.

O torcedor mais ligado apenas ao que acontece dentro das quatro linhas do campo do jogo pode perguntar – no entanto – até que ponto um Sindicato refletirá na qualidade do espetáculo que lhe é mais caro. A coisa não é simples. Para quem faz das pernas seus instrumentos de trabalho é dura a opção entre ser herói da torcida e a possibilidade de ficar muito tempo afastado das partidas sem ter quem se importe com o sustento de seus dependentes. Uma situação sem dúvida angustiante e que é definida pelo jogador Ruço – um dos campeões paulistas pelo Corinthians após os famosos 23 anos em que o clube passou sem ter o gosto de um título e que, por isso mesmo, pode dar ao menos informado a ilusão de estar realizado financeiramente com a decantada conquista – da seguinte forma:

– Sabe o que dez anos de futebol me deram? Nada. Ou melhor, nesse período arranjei uma mulher e dois filhos, razões suficientes para lutar por um salário melhor que os 12 mil cruzeiros que ganho por mês.

Se essa é a situação de um jogador campeão, num clube como o Corinthians, um jogador de qualquer forma também integrante da elite, o que dizer da grande maioria que vive pelos clubes menores do nosso futebol?

Em passado recente, por exemplo, o jogador Paulinho, da Associação Esportiva Santo Angelo, clube profissional participante do campeonato gaúcho, foi trocado por Catito, prática normal entre os clubes na qual os interessados raramente são consultados sobre seus interesses na transação. No caso, porém, a consulta nem era mesmo possível.

Aconteceu em junho de 74 e Catito jamais poderia dar sua opinião à respeito pois não seria razoável pedir semelhante atitude de um cavalo. Sim, Catito era um cavalo que foi trocado por um jogador de futebol profissional. Dele não se conhece o fim. Paulinho continua exercendo a profissão no Maranhão.

Um exemplo radical, sem dúvida, mas acontece com mais frequência do que se possa imaginar.

E contra tal estado de coisas que jogadores mais conscientes começam a se insurgir, sabendo que iniciam uma luta árdua e repleta de nuances contraditórias. Uma delas o conceito vigente sobre o jogador estar baseado na minoria que mais ganha de, no máximo, cem jogadores de nível de seleção brasileira. É difícil, por isso, sensibilizar a opinião pública que vive normalmente apenas em torno do grande craque. Outra questão, ainda mais complexa, é o famigerado problema do passe, instrumento com toda aparência escravagista, na medida em que vincula o atleta ao clube como mercadoria, mas cuja extinção interessa muito mais exatamente à minoria – mercadoria rara é sempre procurada – do que aos jogadores médios que tem nele, pelo menos, a garantia do salário pago sem atrasos maiores que três meses, pois se isso ocorrer o clube perde seu "direito de propriedade". Um problema complicado que haverá de merecer a devida atenção e para o qual os sindicatos europeus oferecem boas alternativas, através de soluções mistas nas quais o atleta tem ampliada sua liberdade sem perder a proteção do passe, que tem sua vigência limitada no tempo.

A luta, enfim, apenas começa a engatinhar. Muitos interesses estão em jogo e muitas reações são previsíveis. Os cartolas não vêem com simpatia a possibilidade de mudança nas suas relações com os jogadores. Os meios de comunicação – a TV principalmente – já começam a serem cobrados pelos atletas que reivindicam direito de arena (não confundir com as recentes atitudes do presidente do Flamengo, Márcio Braga, que, se são justas na aparência, têm também o caráter de imporem restrições aos órgãos que veiculam o futebol com liberdade).

Em tudo, a certeza da mudança, a certeza de que até alguns fatos anedóticos do nosso futebol tendem a entrar para pré-história do profissionalismo, fatos como o ocorrido com o ex-jogador do Santos – Pitico – que chamado pelo técnico para substituir o tricampeão mundial Clodoaldo, num jogo na Alemanha em que o Santos era derrotado por 3 a 0, ouviu do treinador instruções para "cobrir a entrada da área, não desgrudar de Beckembauer, lançar Edu na esquerda, chutar a gol de vez em quando", e respondeu:

– Olha, até substituir o Clodô tudo bem. Agora cobrir não sei onde, marcar aquele monstro, lançar o Edu e ainda ter que fazer gol, tudo isso por cinco mil por mês, não vai dar não senhor. Não ganho pra isso, não. Bota outro.

O fato é verídico e aconteceu há cinco anos. Alguém poderá perguntar:
– Cinco mil há cinco anos atrás? Puxa, quanto ganhava um operário então?
Essa, porém, é uma outra história. (Juca Kfouri).